

Memórias



que marcaram a
história de Piumhi

CNVFILLM FF1



23 ►

CANVA STORIES

CNVFILLM FF1



23 ►

CANVA STORIES

SUMÁRIO

Escravo Martinho Crioulo: fuga, prisão, interrogatório e "deportação" para Rio Preto.....	4
Combinando o Casamento: Modesto e Maria Carolina	5
Em busca da liberdade: a história do escravo Juvenal	6
Alexandre e Maria Luisa: o matrimônio não consumado	7
Avô do ALTO: um personagem enigmático na história de Piumhi	8
Quando a alegria seguia no embalo da Lira	9
Fuga do Glória para Piumhi, dois casamentos e vasta descendência	10
'Solto os presos da cadeia em troca de uma garrucha'	11
'EM vista das respostas dos peritos julgo improcedente esta denuncia'	12
Dona Thomázia: uma mulher muito à frente de seu tempo	13
Uma escola de mestres na Piumhi de 90 anos atrás	14
Uma figura emblemática com três casamentos e vasta riqueza	15
Há 90 anos a região perdia um de seus grandes líderes	16
Há 177 anos Piumhi ganhava foro judicial e administrativo	17
Coube ao Vigário inaugurar a lista de presidentes do Legislativo	18
O padrinho Vigário morreu em Piumhi em 90 de junho de 1897	19
OAB de Piumhi: 36 anos trabalhando pela justiça	20
Os 42 anos da morte de um mito na história de Piumhi	21
Da instalação em abril de 1842, a 'Era Vargas', às eleições de 1947	22
'Tempo bom era o do Sinhô'	23
Um crime, um tapa no rosto, a desilusão e sua morte em 1938	24
Um membro proeminente da tradicional família dos 'Estrangeiros' em Piumhi	25
O contexto social e as duas faces da moeda	26
Um amor proibido e a morte com dois tiros de espingarda	27
'Fora de si e desesperado lançou mão de uma espingarda e o matou'	28

Escravo Martinho Crioulo: fuga, prisão, interrogatório e “deportação” para Rio Preto

O depoimento colhido em 1879 resultou num pequeno processo que contém apenas oito páginas, porém narrando um interessante capítulo da história policial de Piumhi

REPRODUÇÃO

LUIÁ AUGUSTO JÚNIO MELO

A vida no cativeiro certamente não era fácil: os escravos tinham que se sujeitar a todo tipo de trabalho, humilhação além de ter o bem mais precioso do ser humano -- a liberdade -- arrancado pelos grilhões, ferros e chicotes. Os escravizados buscavam várias maneiras para reconquistarem a sua liberdade: fugiam, mutilavam-se, formavam quilombos, empreendiam jornadas duplas de trabalho para ganharem algum dinheiro e comprarem a alforria. Hoje analisaremos um interrogatório feito ao escravo fugido preso pela força policial de Piumhi pelos idos de 1879.

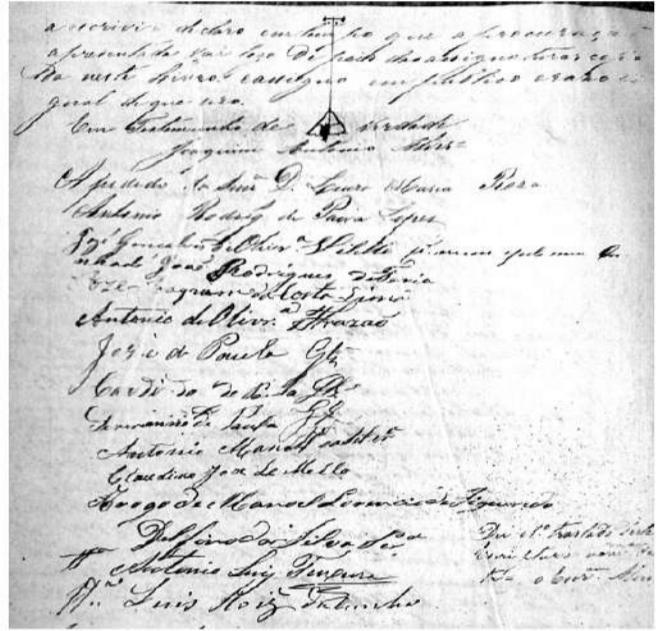
Martinho Crioulo foi alvo de uma diligência policial ordenada pelo chefe de Polícia a ser cumprida na região do rio Samburá (hoje município de São Roque de Minas) conforme determinava um ofício de 5 de dezembro de 1878. A prisão somente se verificou em 30 de março de 1879. Após a captura, o escravo fugido foi trazido à sede do município. Dá para imaginar a penosa viagem pela qual o prisioneiro foi obrigado a empreender, certamente a pé, enquanto os seus alzões devem ter vindo montados em cavalos. Em Piumhi, Martinho foi ouvido em 1º de abril de 1879. O interrogatório resultou num pequeno processo que contém apenas oito páginas, porém narrando um interessante capítulo da história policial de Piumhi.

O escrivão fez questão de registrar que o depoimento de Martinho ocorreu quando o cativeiro “se achava livre de ferros e sem coação alguma” (Folha 2). Esse detalhe visava evitar alguma nulidade processual – pode-se traçar um paralelo disso com o Direito atual quanto ao uso das algemas nos tribunais. Perguntado ao cativeiro, ele se qualificou da seguinte forma: Martinho Crioulo, 19 anos de idade, solteiro, filho de Cândida Crioula, natural da Freguesia do Chorá “para baixo do Rio Preto quatro léguas” (Folha 2). Quanto à profissão afirmou que vivia na Freguesia de Rio Preto sob as ordens de seus senhores moços e genros do seu falecido senhor João Gonçalves Ribeiro. Importante registrar que quando um senhor de escravo falecia todos os herdeiros tornavam-se seus senhores até que se finalizasse o inventário e procedesse a partilha dos bens.

FUGA PARA SAMBURÁ

Explorou que foi procurar uns bois no cafezal de seus senhores, onde se encontrou com o cativeiro Raimundo “que se achava criminoso foragido da cadeia de Rio Preto” (Folha 2V). Raimundo estava acompanhado de Joaquim Crioulo, também escravo do senhor de Martinho, ambos “tratavam fuga para o centro dos sertões do Cuiabá e convidarão ele respondente para os acompanhá, e não contar o que dos mesmos tinha ouvido” (Folha 2V - sic). Com pouca conversa os fugitivos persuadiram Martinho e fizeram-no perceber que Cuiabá “era muito bom”. Acertaram o dia da partida “para uma semana em diante” (Folha 2V) e que Martinho os deveria esperar “no aito da fazenda de Francisco Guci” (Folha 2V).

Passada a semana, numa terça-feira, Martinho se encontrou com Raimundo e Joaquim no ponto acertado e empreenderam a fuga.



Parte da peça processual que narra a aventura de Martinho Crioulo e seus companheiros de fuga que seguiram ao Cuiabá mas foram parados no Samburá

Depois de muito andarem chegaram à região do Rio Samburá no “Distrito de São Roque do Terro de Cidade” (Folha 2). Na madrugada de 30 de março de 1879 Martinho foi preso com seus dois companheiros de fuga e declarou que estavam no Samburá “a um anno e meio e aí se achava com Joaquim e Raimundo” (Folha 2V). Ainda que a inhóspita região do Samburá fosse caminho de Cuiabá, a permanência deles naquela localidade por mais de um ano deve se dever ao fato de sentirem-se atraídos para permanecerem trabalhando sem serem importunados pela justiça ou pelas autoridades policiais.

RECAPTURA E MORTE

O primeiro a ser preso foi o próprio Martinho e que após a sua prisão “a guarda Municipal, Meirinhos e o Inspetor do Quartelão Braz” (Folha 3) efetuaram a prisão de Raimundo, ocasião em que o depoente estava a certa distância. Passado algum tempo ouviu alguns tiros e que depois “viu a Raimundo morto e que decerto foi dos tiros” (Folha 3). Joaquim e Raimundo já haviam dito a Martinho que “quando se lhe fosse prender, se ouvesse distância ou tempo correria e pelo contrário resistiria só a cabeça podiam levar por não poder sofrer mais prisões” (Folha 3 - sic). Diante disso Joaquim “vendo os empregados da diligência encaminharem para o seu lado, correria escapando da prisão” (Folha 3).

Questionado sobre o paradeiro de Joaquim, Martinho respondeu não saber para onde ele fizesse ido, mas que ele era casado “nessa lugar com Rufina, de cujo matrimônio tem três filhos” (Folha 3). Como poderia Joaquim estar no Samburá há um ano e meio, ter se casado e gerar três filhos nesse intervalo de tempo – isso faz-nos crer que permaneceram naquela localidade por tempo superior a três anos e não um meio como havia declarado.

Os oficiais questionaram de quem era a fazenda ou sítio onde se esconderam ou ficaram acotilados. Respondeu que era de diversos herdeiros entre os quais Manoel Ribeiro, a mulher do Joaquim e outros, mas deixou claro que “não foi dado a elas para morar por pessoa alguma, que seguiriam para a diante” (Folha 3 - sic). Ressaltou também que andaram escondidos por algum tempo e que depois foram aparecendo e permanecendo no mesmo

lugar até a prisão.

Como Martinho não sabia ler e escrever assinou por ele Joaquim Geraldo “depois de lhe ser lido e achado conforme” (Folha 3V). O delegado ordenou que se passasse cópia do interrogatório ao Juízo para que se tomassem as medidas cabíveis: Martinho continuaria preso.

DE VOLTA A RIO PRETO

Em 30 de outubro de 1879 apareceram em Piumhi pessoas interessadas em reaver o escravo Martinho, sobre o que o delegado despachou: “junte este interessado documento e matrícula ou certidão della que prove a identidade da pessoa do referido escravo” (Folhas 4V). Na mesma data foi juntada ao processo uma certidão emitida por Francisco Florêncio dos Santos, Escrivão das Rendas Gerais da Coletoria da Cidade de Rio Preto, requerida por um dos herdeiros do cativeiro, Evanisto Ernesto Pereira de Carvalho. A certidão foi extraída do 1º Livro de Averbações dos escravos da Cidade de Rio Preto, folhas 121V e 122 e descrevia o escravo da seguinte forma: “Martinho, de cor preta, idade de 16 anos, solteiro, aptidão para o trabalho leve, profissão pagens, matriculado na Província de Minas Gerais; Município de Juiz de Fora, em vinte e sete de setembro de 1872, com o número de ordem 17.880 e averbado nesta coletoria em 16 de março de 1876, com número de ordem 309 por João Gonçalves Ribeiro, cujo escravo hoje pertence aos herdeiros Evaristo Pereira de Carvalho e a Órfã Dona Antônia Erci” (Folhas 5V). Reconhecida a identidade do condenado o delegado deu o despacho: “Visto os documentos e a idoneidade do apresentante entregue-lhes o referido escravo Martinho, pagas as custas e despesas. Cidade de Piumhi, trinta de setembro de 1879. Antônio Machado de Faria e Melo” (Folha 7 - sic).

O responsável pela condução de Martinho Crioulo à Rio Preto foi Manoel Teodoro Pereira que recebeu o escravo mediante a assinatura de um termo de entrega perante as testemunhas José Bernardes do Nascimento e Francisco de Paula Xavier que o transportou até aquela cidade onde foi entregue aos seus senhores.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Escravo Martinho Crioulo: 'fuga, prisão, interrogatório e "deportação" para Rio Preto' 'O depoimento colhido em 1879 resultou num pequeno processo que contém apenas oito páginas, porém narrando um interessante capítulo da história policial de Piumhi'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 07 jan, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

Combinando o casamento: Modesto e Maria Carolina

ALTO ARQUIVO



O antigo prédio do Fórum da Comarca que na década de 90 deu lugar para sede do Sindicato Rural de Piumhi

LÚIS AUGUSTO JÚNIO MELO

Ainda nos alfarrábios históricos do Cartório de Notas do 2º Ofício de Piumhi localizou-se outra escritura interessante: a combinação de um casamento ocorrida em janeiro de 1872. Os personagens dessa interessante história eram Modesto Antônio da Costa e Maria Carolina de Jesus. Ele declarou ser filho natural de Dona Vitória Maria de São José, já falecida, natural da Freguesia do Curral del Rei (hoje Belo Horizonte), onde foi batizado, morador no município de Piumhi na Fazenda Pântano e que tinha a idade aproximada de setenta anos. Ela declarou ser filha natural de Anna Clara de Jesus, nascida e batizada nesta Paróquia de Piumhi, onde era moradora e que contava com a idade de quarenta e oito anos.

Depois de se conhecerem e apaixonarem, compareceram ao Cartório do 2º Ofício de Notas para lavrarem uma escritura de espousais e dote. Era o dia 29 de janeiro de 1872. Disseram ao tabelião Joaquim Antônio Alves “que por esta prometiam se casar um com o outro na forma do Sagrado Concílio Tridentino, promessa que por suas espontâneas e livres vontades e sem o menor coação mútua e reciprocamente fazem e assistão” (sic). Declararam ainda “serem parentes espiritual e de sanguinidade por afinidade, o qual se acham dispensados pelo Excelentíssimo Bispo Diocesano”.

Cada um disse por si só que mandavam lavrar a presente escritura pela qual afirmavam que se receberiam em matrimônio e “este deveria ser regulado quanto aos bens, não segundo o costume do Império, mas pelo pacto seguinte: não haver comunicação dos bens delle Modesto Antônio da Costa com os que adquirir Maria Carolina de Jesus, e só sim pelo falecimento delle receber em dinheiro de seus herdeiros ou testamenteiros a quantia de seiscentos mil réis e na falta deste em bens em igual valor,

cuja quantia já elle declarante tem mencionado em testamento cerrado, que ella Maria Carolina fica no direito de fazer pecúlio separado, enxoval que seja de sua espontânea aprovação” (sic).

Maria Carolina por sua vez disse que aceitava as condições do contrato nupcial, bem como sua dotação e que “renunciando o direito de meação que poderia ter se o seu consórcio fosse na forma do costume, o que também foi aceito pela mãe da contrante Anna Clara de Jesus, que

tão bem nesta assigna” (sic). O consentimento da sogra de Modesto se fazia forçoso por ser ela herdeira necessária da nubente e com expectativa de direito na herança nos bens do casal. Como a contraente e sua mãe não sabiam ler e escrever “a seos rogos assigna Thomáz José Barboza” na presença das testemunhas José Joaquim da Terra e Antônio da Costa Marques.

Fale com o autor: professorluis-melo@gmail.com

CULTURA E RELIGIOSIDADE

Reis Magos realiza 5º Encontro Regional neste final de semana

ALTO ARQUIVO



Regional de folia acontece na cidade neste sábado e domingo, 13 e 14

A Associação dos Devotos dos Reis Magos de Belém (ADERMAB) de Piumhi realiza neste sábado e domingo, 13 e 14, seu 5º Encontro Regional de Folia de Reis, na rua São Vicente, proximidades da Casa dos Velhinhos ‘Grijalva Alves Terra’ da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP).

A abertura no sábado acontece às 19 horas, com celebração de Santa Missa, seguida por apresentação artística com hora dançante e barraquinhas com churrasco, feijão tropeiro e bebidas. No domingo, a movimentação começa logo pela manhã, às 7 horas com a recepção e ins-

crição dos grupos de Folia de Reis, e café-da-manhã.

As apresentações das companhias têm início marcado para as 10h30 que seguem até por volta do meio-dia quando acontece almoço de confraternização. Para as 16 horas está programado leilão de gado com animais doados por produtores rurais da região e encerramento previsto para as 18 horas.

A renda será dividida entre Associação dos Devotos dos Reis Magos de Belém e as obras socioassistenciais da Casa dos Velhinhos ‘Grijalva Alves Terra’, responsável pela assistência de dezenas de idosos acolhidos pela SSVP de Piumhi.

Em busca da liberdade: a história do escravo Juvenal

LUIΣ AUGUSTO JÚNIO MELO

A liberdade do escravo Juvenal foi discutida em processo judicial. Conquistou a sonhada independência, mas insatisfeitos com a decisão os seus ex-senhores exigiram que seu procurador Capitão João Domingos de Mello, requeresse cópias de três documentos do processo para uma espécie de recurso contra a sentença que concedeu liberdade ao cativo.

O primeiro documento constava de um título de venda de direito e ação de herança deixada por Domitildes Eufrásina de Santa Anna aos netos Cândido Francisco de Melo e Maria Cândida de Jesus (venda dos direitos que um herdeiro tinha sobre a herança de um espólio para qualquer interessado, ainda que não fosse herdeiro). A transação foi realizada no em 28 de outubro de 1877 e o comprador da referida herança foi João Gracianno de Faria que desembolsou 30 mil réis (30\$000).

No documento se lê “e porque vendemos se devemos toda a posse, jus e domínio na dita herança, para della fazer o uso” (Folhas 2 - sic). Não há no registro nenhuma descrição dos bens que compunham a referida herança, certamente porque o inventário ainda estava em curso e o plano de partilha ainda não havia sido apresentado ao processo.

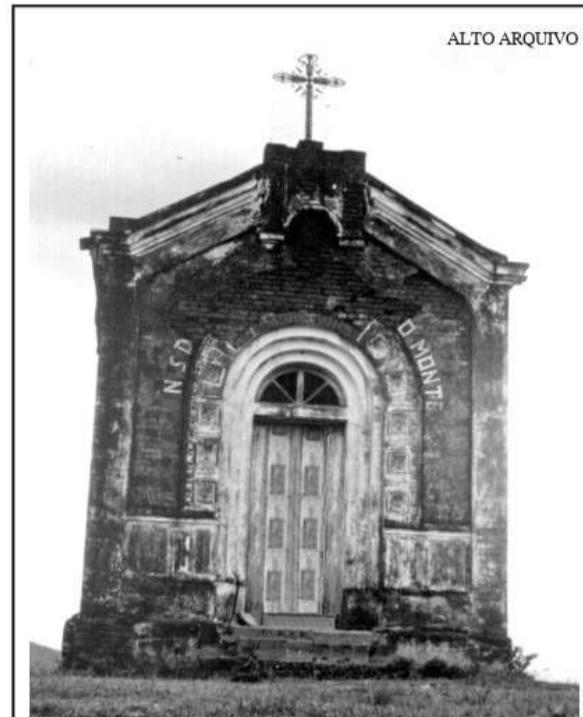
O segundo documento tratava-se de um recibo no qual se lê: “Recebi de Juvenal escravo que foi de Dona Domitildes Eufrásina de Santa Anna a quantia de vinte e nove mil réis da parte que tocou no mesmo escravo a minha mulher na partilha que se effectuou por falecimento de minha sogra a referida Dona Domitildes por estar embolçado da referida quantia, para seu governo pedi para passar este e a meu rogo eu próprio que este fiz. Cidade do Piumhy, trinta de julho de 1881. A rogo de Cândido Francisco de Andrade, Alcebíades Florêncio Rodrigues. Testemunha Antônio Machado de Faria e Melo, dita Manoel Leite Vieira” (Folhas 2V e 3 - sic).

O terceiro e último documento foi um termo de audiência, realizada em 13 de agosto de 1881, sob a presidência do juiz Municipal Heitor Antônio de Lima e Melo. Nessa peça o curador do escravo libertado Francisco Maximilianno Vilela e Castro ressaltou que “logo que faleceu sua senhora Dona Domitildes, [o escravo Juvenal] comprou as partes que os herdeiros da mesma sua senhora coubesse em seu valor, e de fato conseguiu comprar dos herdeiros José Francisco de Andrade, Joaquim Borges de Andrade Antônio de Faria e Cândido Francisco de Andrade e que todos receberam as cotas que calculavão ter no valor do libertando” (Folhas 3V - sic).

Continuou “que por simplicidade do libertando não obteve os convenientes recibos por entender não preciso e que só obteve do herdeiro Cândido Francisco de Andrade que junto oferece” (Folha 3V). Castro arremata sua argumentação afirmando que quando foi julgada a partilha dos bens deixados por dona Domitildes, em outubro de 1880, constou-se que “o libertando havia pago alguns de seus senhores herdeiros” (Folhas 3V e 4), em ato contínuo requereu a oitiva das testemunhas.

AFINAL, LIVRE

Por sua vez o procurador dos herdeiros, o Capitão João Domingos de Melo protestou contra o título de Cândido Francisco de Melo ressaltando que ele “aparece agora com o nome de Cândido Francisco de Andrade para ver se escapa o golpe penal que lhe ameassa pelo procedimento punível pelo parágrafo primeiro do



Com quase dois séculos de história a ermida de Nossa Senhora da Abadia da Cruz do Monte – acima em sua arquitetura original, é o mais antigo marco da religiosidade piumhiense, peça central do conjunto que integra o principal cartão-postal da cidade. No início dos anos 2000 aquela capela seria duramente descaracterizada de inúmeros detalhes coloniais inseridos pelos padres Balbôniós responsáveis pela sua edificação em 1830

artigo duzentos e sessenta e quatro do Código Penal” (Folha 4V). Afirmou o advogado dos senhores que trocou o nome de propósito “para fazer essas vendas e de propósito haver parte da fortuna alheia contra a vontade de seus donos” (Folhas 4V). Na audiência o Juiz ordenou que se passasse as cópias requeridas e ordenou a oitiva das testemunhas.

Conclusos os autos ao juiz Municipal Heitor de Lima, este decidiu em 29 de agosto de 1881 pela intimação do procurador dos herdeiros para “provar o crime contra o indivíduo Cândido Francisco de Melo ou Andrade” (Folha 5V). Em 1º de setembro a intimação foi feita e no mesmo dia o procurador requereu a juntada de dois títulos de compra e venda em que Cândido Francisco de Melo e sua mulher Maria Cândida de Castro vendiam propriedades rurais havidas por heranças de seus finados pai e sogro.

Conclusos ao Juiz, este ordenou que fosse aberta vista ao Promotor de Justiça. De Formiga, o promotor Público Anthero Florêncio Rodrigues opinou “A venda mencionada no título de fls. 2 e a mencionada nos de fls. 7 e 8 não são válidas perante o direito” (Folhas 9V). A ilegalidade se funda na falta de “pagamento do direito de transmissão de propriedades antes de assignado o contrato” (Folhas 9V - sic), e concluiu: “Deixando portanto de agitar a acusação, requeiro que sejam arquivados estes papéis” (Folha 10 - sic).

O pequeno processo retornou ao juiz Municipal José Soares de Oliveira, que sentenciou: “Archive-se em vista da resposta do P. P. P. Piumhy, 3 de 8bro de 1881. Oliveira” (Folhas 10V - sic). E tudo ficou como antes, ou seja, embora a liberdade de Juvenal tivesse sido questionada judicialmente ela foi mantida, única e exclusivamente pela falta de pagamento de imposto num contrato de compra e venda.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Alexandre e Maria Luísa: o matrimônio não consumado

A morte do marido abriu interessantes embates jurídicos: seria ela viúva meeira sem consumação do casamento ou não? Um fato pouco comum na Piumhi de 1870

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Nos livros do Cartório de Notas do 2º Ofício de Piumhi deparrei com um fato pouco comum: a desistência de um casamento. Os protagonistas dessa inusitada história eram Alexandre de Oliveira Frazão e Luísa Maria Rosa. O matrimônio certamente foi celebrado em Tamanduá (hoje Itapecerica) e tudo indica que ele era mais velho e abastado enquanto ela era nova e de origem humilde. Por circunstâncias “físicas” não muito bem explicadas Alexandre não conseguiu “consumar” a união – segundo a doutrina católica e as leis que regiam o Império a consumação se dava com a prática do ato sexual, ou seja, sem sexo a união era considerada nula ou inexistente. Não se tratava da supervalorização do sexo, mas de se buscar o sentido do casamento cristão que era a procriação.

O matrimônio perdurou por algum tempo, mas sem que houvesse consumação. A mocidade de Luísa Maria impedia a manutenção do casamento, fazendo com que ela abandonasse o seu marido. Pouco tempo depois de separado da esposa Alexandre de Oliveira faleceu. A morte do marido abriu interessantes embates jurídicos: seria ela viúva meeira sem consumação do casamento ou não? Como já se explicou do ponto de vista canônico o casamento não existiu e do ponto de vista legal havia omissões, mas como o Império era também regido pelas leis religiosas através do Direito do Padrão era bem presumível a nulidade civil do casamento. Essa discussão só seria equacionada por um longo embate jurídico com processo.

NA ‘ESCRUPURA’

No entanto, a consciência de Luísa Maria impediu que a situação chegassem a esse ponto. Ela compareceu ao Cartório do 2º Ofício de Piumhi em 29 de novembro de 1870, e como desistente declarou “que tendo sido casada com Alexandre de Oliveira Frazão, e o achando em estado físico de não consumar o matrimônio, apesar de que neste estado com ele conviveu alguns anos, do qual teve de se separar, contudo tem sido aconselhada ter direito na meação dos bens do mesmo; mas que achando dificuldades na prova de possibilidade de consumação do matrimônio daquele seu marido, pelo estado físico já relatado, por isso que pela presente escriptura desistia a favor dos outorgados Irmãos Germanos do dito falecido marido Alexandre de Oliveira Frazão, todo o direito de meação nos bens do mesmo” (sic).

Pelo tempo que cuidou do finado marido e achando justo exigiu: “os escravos Manoel avaliado em um conto e seiscentos mil réis; Maria, avaliada em um conto e duzentos mil réis; uma novilha de dous annos, cor vermelha em preço de doze mil réis; um cavalo escuro, por nome fumassa, em trinta e cinco mil réis; cento e cinquenta mil réis que recebeu em fazendas na casa de Bernardo Alves Jordão; sete mil réis que deve a Leandro Eugênio do Amaral; e trez mil réis que recebe em dinheiro, somando todas estas parcelas em três contos e dezessete mil réis” (sic). Exigiu também oito alqueires de terras de culturas na Fazenda Bom Sucesso da Esperança num lugar denominado ‘Braginho’ avaliada em vinte e cinco mil réis; cinco alqueires de matos no mesmo lugar avaliado em oito mil réis e dez alqueires de campos no mesmo lugar avaliados em seis mil réis. Os “bens de raiz”, isto é, imóveis, somaram trezentos mil réis, que somada com as demais quantias perfaz a



PIUMHI ANTIGO – O prédio da antiga Cadeia Pública de Piumhi edificado em 1925 tendo à frente o destacamento policial; restaurado recentemente o conjunto abriga a 42ª Delegacia Regional de Polícia Civil

quantia de três contos trezentos e dezessete mil réis.

ACORDO SELADO

Após fazer a reserva dos bens que lhe interessava Luísa Maria afirmava no documento que “podendo, porém, os mesmos outorgados repartirem o restante como lhes convier”. Os irmãos do falecido aceitaram a proposta ou por acharem justo ou por ter sobrado grande quantidade bens ainda para serem partilhados. Pela mesma escritura Luísa Maria revogava outra passada em favor de Leandro Eugênio do Amaral no dia 24 de abril de 1870, vez que “não ter dado cumprimento a mesma, como por não lhes convir a questão”.

Afirmou ainda que “por sua pessoa e bens se obrigava a cumprir a presente escriptura em todas as suas partes, e não reclamá-la em tempo algum, coobriga-se mais a defender aos outorgados quando pelos mesmos chamados a authoria” (sic). Por sua vez os outorgados disseram que “aceitavam a composição e que neste acto lhes faziam a entrega dos escravos e demais objetos já mencionados, e que ainda mais se obrigavão a suas custas a garantirem a presente escriptura de sessão e composição contra qualquer acção que contra a mesma outorgante se o ponhão” (sic).

Juntou-se o comprovante de pagamento do Novos e Velhos Direitos e segue-se a assinatura do tabelião Joaquim Antônio Alves e das partes acordantes a rogo de Dona Luísa Maria Rosa assinou Antônio Rodrigues de Paiva Lopes.

Assim termina o episódio do casamento que não deu certo e que se finalizou na lavratura de uma escritura pública de acordo estabelecendo renúncia de meação, mas com reserva de avultosa quantia de bens: acredita-se que a composição deve ter sido boa para todas as partes.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Alexandre e Maria Luísa: o matrimônio não consumado ‘A morte do marido abriu interessantes embates jurídicos: seria ela viúva meeira sem consumação do casamento ou não? Um fato pouco comum na Piumhi de 1870’. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 28 jan, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE: ALFERES SÉRGIO VICTOR DE FREITAS

Avô do ALTO: um personagem enigmático na história de Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A pesquisa genealógica assemelha-se ao garimpo de pedras preciosas: dos livros se pinçam nomes, datas, fatos e curiosidades da existência de pessoas que há muito tempo deixaram essa vida. Certa vez, nesses estudos esbarrei com o nome de um indivíduo que muito me chamou atenção: parecia de origem humilde, mas que a custo de seus esforços ganhou o respeito e admiração da sociedade piumhiense no início do século passado. Trata-se de Sérgio Víctor de Freitas.

O personagem do dia nasceu em Piumhi em 8 de setembro de 1875, sendo filho de Antônio Clemente Gonçalves (no registro de Batismo consta Antônio Francisco Clemente) e Maria Cândida de Jesus (no registro de Batismo consta Maria Cândida de São José/ Maria Cândida de Boaventura). Foi batizado na Matriz de Nossa Senhora do Livramento em 19 do mesmo mês e ano, em sacramental presidido pelo Vigário José Florêncio Rodrigues, na presença dos padrinhos Manoel Joaquim da Silva Portela e Flauzina de Souza Penha.

A variação dos nomes dos pais de Sérgio deve-se a inexigibilidade de documentos e pouca escolaridade dos declarantes, nessa época divergências assim eram muito comuns. Outro detalhe que chama a atenção é o fato de Sérgio ter recebido o sobrenome Freitas, diferente do sobrenome de seu pai e mãe, mas por mais estranho que isso pareça, era uma prática de constância razoável naquela época. Além de Sérgio o casal teve os filhos: José, nascido em 25 de abril de 1872; Melvina nascida em 5 de setembro de 1870. O casal pode ter tido mais filhos, vez que há uma lacuna nos registros dos livros de batismo entre os anos de 1856 a 1870. Desconhece-se quando os patriarcas da família tenham falecido.

DE SELEIRO A ALFERES

A família era pobre e desde cedo todos tiveram que buscar o sustento no trabalho. Foi assim que Sérgio ainda jovem aprendeu o ofício de seleiro, isto é, fabricante de selas, arreios, chichotes e demais artefatos de couro. Mais tarde abriu a sua própria selaria, mas a vida de iniciante lhe trouxe várias dificuldades: inteligente, alfabetizado Sérgio se uniu a alguns poderosos da época e com eles conseguiu algumas funções como corretor, rábula e avaliador de bens em processos de inventário o que lhe permitiu um importante ganho extra.

Depois de estudar com muita dedicação e paciência os manuais de Chernoviz (medicina prática) tornou-se uma espécie de médico charlatão, o que na ausência



ALTO ARQUIVO

Alvo de tocaia Sérgio Victor morreu há 110 anos deixando a viúva Celiza com quatro filhos para criar, entre eles a primogênita Maria Stelita que casaria com José Firmino Pereira, casal fundador do ALTO S. FRANCISCO em novembro de 1920

de profissionais formados seria uma das poucas soluções para os males físicos enfrentados pela sociedade piumhiense daquela época. Sua ligação com os grandes coronéis daquela época lhe deu o posto de Alferes da Guarda Nacional, importante instituição paramilitar que deteve o controle social, político e eleitoral durante o segundo reinado e república velha.

CASAMENTO E FILHOS

Já homem feito e com certa estabilidade econômica, com 26 anos de idade, Sérgio Víctor se decide casar. A escolhida foi uma jovem de 15 anos de idade que atendia pelo nome de Celiza Ignêz de Faria, originária de tradicional família piumhiense: Cassini. A moça era natural de Piumhi, onde nasceu em 11 de fevereiro de 1885, sendo filha de João da Costa Faria (de Bambuí) e Luzia Ignêz Cassini (esta filha do italiano João Ernesto Cassini e da piumhiense Maria Ignêz da Silva).

O casamento religioso foi realizado na Matriz de Piumhi em cerimônia presidida pelo Padre Francisco Gonçalves Goulart (Chico Goulart), em 26 de janeiro de 1901, na presença das testemunhas Joaquim Soares Ferreira e Cândido Prado. Já o casamento civil realizou-se na casa de dona Luzia Ignêz Cassini, na mesma data, em cerimônia presidida pelo 2º Juiz de Paz Alferes Manoel Joaquim da Silva Portela, sob o olhar atento das testemunhas Joaquim Soares Ferreira e Cândido Prado.

O matrimônio gerou cinco filhos: 1) Maria Stelita de Freitas: nascida em 5 de janeiro de 1902, casada com José Firmino Pereira em 8 de setembro de 1921; 2) José Roberto de Freitas: nascido no dia 7 de junho de 1903, apelidado de Zé Grosso, casado com Marieta de Castro em 18 de outubro de 1925; 3) Walter de Freitas: nascido no mês de outubro de 1904, falecido em combate na revolução constitucionalista de 1932 sem deixar descendência;

4) Zulmira de Freitas: nascida em 12 de agosto de 1906; 5) Sergita nascida em Piumhi em 6 de abril de 1909.

TOCAIA E MORTE

Contam que numa noite escura Sérgio Víctor teria sido chamado para atender uma mulher que estava com dificuldades de dar à luz em uma fazenda na região de Piumhi. Vestiu sua capa, se despediu da esposa e dos pequenos filhos e partiu para cumprir àquela que achava ser a sua missão. No caminho teria sido vítima de uma emboscada, sobreviveu momentaneamente ao ataque, voltando à sua casa faleceu às dez horas do dia 7 de outubro de 1908. O óbito foi declarado por Clarimundo de Faria que disse ser falecimento de "morte natural e causa ignorada". Morreu aos trinta e quatro anos de idade e foi sepultado no cemitério eclesiástico de Piumhi.

O precoce falecimento de Sérgio deixou Celiza numa situação de extrema dificuldade: com 4 filhos pequenos para criar (Maria Stelita com 6, José Roberto com 4, Walter com 3 e Zulmira com dois anos) e Sergita que ainda estava no seu ventre para nascer. Dona Celiza tomou a decisão de mudar para Bambuí onde seus pais residiam. Passou sua vida no eixo Piumhi – Bambuí. Sem muito apoio, quase que sozinha e com muito custo conseguiu criar os filhos com o suor do próprio rosto, visto que assumira a profissão do marido, na selaria, mas sempre contando com ajuda do povo caridoso dessas cidades. Recebeu do governo uma indenização pela morte em combate de seu filho Walter, mas distribuiu toda quantia aos pobres. Sérgio Víctor de Freitas um homem de visão e progressista cujos projetos se interromperam pela morte prematura e inesperada.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE: OS ANTIGOS CARNAVAIS

Quando a alegria seguia com os blocos no embalo da Lira

ALTO ARQUIVO



O bloco Seilasié pronto para cair na folia do Carnaval de 1936 em Piumhi posa às portas do antigo ALTO

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O Brasil vivencia uma de suas maiores manifestações culturais: o Carnaval. Muitas pessoas pensam que essa entidade cultural é uma criação contemporânea, recente e da mentalidade atual, mas sua origem remonta tempos antigos. De certa forma surgiu ligado à religiosidade como uma forma de celebrar o "adeus à carne", ou seja, festejar para despedir e abandonar os prazeres da vida a fim de entrar no clima de luto, recolhimento e reflexão do tempo da Quaresma. A própria data do Carnaval é estabelecida por um critério religioso, isto é, antecede a quarta-feira de Cinzas e esta é definida a partir da Páscoa.

A Páscoa para a tradição cristã marca a ressurreição de Jesus Cristo – é a sua celebração litúrgica mais importante: vitória da vida sobre a morte. A ressurreição de Jesus se deu no dia 14 do mês missan, ocorre que o calendário judaico era baseado nas fases da lua. A conversão para o calendário cristão romano não foi tarefa fácil e precisou-se convencionar, no Concílio Ecumênico de Nicéia, que a Páscoa cristã seria celebrada no domingo seguinte à primeira Lua cheia após o equinócio da Primavera do hemisfério Norte (21 de março); podendo ocorrer entre 22 de março e 25 de abril de cada ano.

Os festejos começaram como despedida dos prazeres do mundo e da carne e depois evoluíram, criando uma identidade regional e local, pois cada lugar assumiu seu estilo, maracatu e frevo no Nordeste, desfiles de escolas de samba em São Paulo e no Rio de Janeiro.

ANTIGOS CARNAVAIS

Os piumhienses já viveram

tempos de glória manifestando suas alegrias carnavalescas. Desde a década de 1920 organizavam-se grandes e luxuosos bailes. O jornalista e fundador do **ALTO S. FRANCISCO** José Firmino Pereira registra certa vez que "não podemos nem mesmo em traços apagados pôr em relevo a beleza do velho costume carnavalesco que já reinou em Piumhi".

Na edição de 18 de fevereiro de 1923 o redator do **ALTO** registrou que o ponto de encontro era a Praça Municipal (hoje praça Dr. Avelino de Queiroz) e que "os automóveis em torno do jardim, estavam cheios de senhoritas elegantemente fantasiadas". O objetivo da festa também ficou explícito "o povo divertiu-se a falar, esquecidos das luctas e dificuldades da vida, durante esses três dias de liberdade, de expansão e desenvoltura, mantendo a perfeita ordem".

A cada ano que se passava novos elementos foram incorporados a uma festa que já se consolidava como tradição na cidade. Tudo era alegria e brincadeira: guerra de confetes e costume de jogar água nos outros ainda são lembrados por muitas pessoas de nossa sociedade. Tudo dentro do respeito e da moralidade que reinava na época.

NA ERA DOS BLOCOS

Na década de 30 muitos blocos carnavalescos eram sólidos no Carnaval piumhiense, dentre muitos pode-se lembrar: SOS; Sei Lá Se É; Os Mandarins; O Mais Feio Ficou Em Casa; Cinquenta Por Cento; Os Rouxinóis; Moreninhos Tira Fogo; Quem Pode Pode e Baixada U. Cada qual contribuía com a sua alegria, animação e entusiasmo para o brilhantismo de nosso Carnaval. Cada grupo possuía

sus indumentárias próprias que normalmente eram variáveis de um ano para outro.

Nomes como Servita Carmelita de Oliveira; Araci Vitral; Lulu Martins; Diva Carvalho, Dora Cunha; Consuelo Hostalácio; Paula Firmino; Vitolina Rezende; Zé Baiano, Zé Goulart; José Hermenegildo; José II Bruno de Lima e tantos outros serão lembrados como os pioneiros dos carnavais piumhienses.

NO EMBALO DA LIRA

A alegria era embalada ao som da Lira São José e da banda do II Bruno, além de várias outros grupos musicais que existiam na cidade. Com a passagem implacável do tempo, tudo muda: com o advento do regime militar, implantado no Brasil em 1964, as aglomerações populares não eram muito toleradas, e até mesmo proibidas e com isso o Carnaval piumhiense restringiu-se a bailes em recintos fechados. Assim de forma lenta e gradual nossa cidade foi perdendo a sua identidade carnavalesca.

Em 2000, na administração do prefeito médico João Batista Soares houve uma tentativa de resgatar o Carnaval através de desfiles de Escolas de Samba da cidade, mas o projeto foi abortado posteriormente. Depois disso em alguns anos foram realizados espetáculos na mesma praça que antes abrigava os grandes desfiles da festa de Momo.

Hoje Piumhi, sem identidade carnavalesca, relembra através destas linhas seus tempos de glória nos antigos carnavais que marcaram uma época de realce na cultura piumhiense. É importante que se diga que carnaval não é sinônimo de bagunça, mas, comemorado de forma respeitosa e com decência é cultura.

MELO, Luís Augusto Júnio. Os antigos carnavais 'Quando a alegria seguia com os blocos no embalo da Lira'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 11 fev, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE: ANTÔNIO FERREIRA HOSTALÁCIO

Fuga do Glória para Piumhi, dois casamentos e vasta descendência

O patriarca era espanhol ganhando, por isso, o apelido de Manoel Estrangeiro ou simplesmente Estrangeiro -- assim como o nome de família o cognome também se estendeu aos seus herdeiros

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

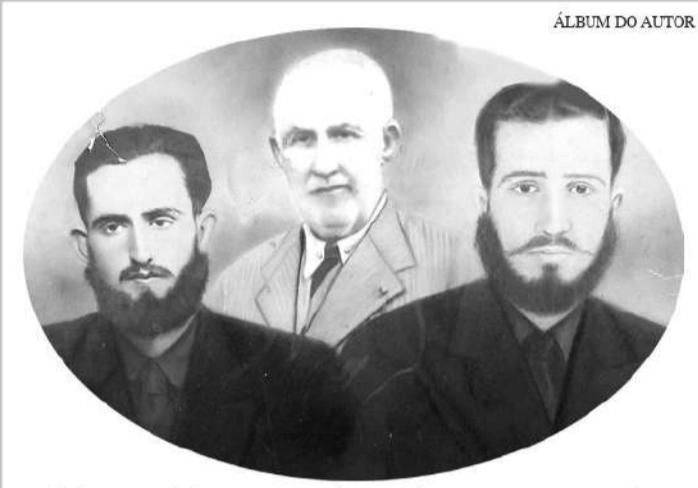
Antônio Ferreira Hostalácio era um dos filhos do casal Manoel Ferreira Hostalácio e Dona Maria Thereza Ferreira de Toledo. O patriarca era espanhol motivo pelo qual ganhou apelido de Manoel Estrangeiro ou simplesmente Estrangeiro -- assim como o nome de família o apelido também se estendeu aos seus herdeiros. Os patriarcas estabeleceram residência na região chamada Confusão, ponto de confluência entre os caminhos que ligavam Piumhi aos, então, arraiais de São Roque e São João Batista do Glória -- motivo pelo qual a família deixou rastros e descendentes nessas três localidades.

Embora profunda pesquisa tenha sido realizada na Paróquia do Glória, o assento de batismo de Antônio Estrangeiro não foi localizado, mas no seu registro de óbito aberto no Cartório Civil de Piumhi consta que ele teria nascido no arraial de São João Batista do Glória em 22 de julho de 1875. Também neste arraial, casou em data incerta (pois o registro não foi localizado) com Thereza Mandiola Elorde, filha de Joaquim Mandiola Elorde e sua mulher.

O casal teve duas filhas: 1) Castorina Hostalácio, nascida provavelmente em 1902, ficou órfã muito nova e mudou-se com o pai para Piumhi, onde ainda jovem se apaixonou por um homem que possuía uma deficiência que lhe fazia "mancar" ao caminhar, cujo nome a história não se preocupou em registrar. A deficiência física do pretendente foi motivo para que seu pai impedisse o casamento da filha com o referido homem, motivo pelo qual ela se suicidou aos 18 anos de idade, ingerindo ácido cianídrico. Tomou o veneno e caiu morta instantaneamente aos pés de seu pai em 4 de maio de 1920. 2) Ansistella Hostalácio: nascida em data incerta, tinha apelido de "Tetela" e foi casada com Octávio Guimarães também em dia desconhecido.

VIUVEZ E FUGA

Dona Thereza faleceu no arraial do Glória, no dia 21 de setembro de 1905, "com quasi



ÁLBUM DO AUTOR

Antônio Hostalácio, o Estrangeiro, patriarca de uma das mais numerosas e tradicionais famílias piumhienses; uma vida agitada e recheada de aventuras; na foto com dois de seus 8 filhos do total de 10 em dois casamentos

quarenta anos de idade" (sic) tendo sido "confessada, ungida e encomendada" pelo Vigário Evaristo Firmiano Ribeiro. No registro de sepultamento guardado pela Paróquia do Glória não consta a causa da morte e o registro de óbito não foi encontrado nos registros do Cartório daquela localidade. Após ficar precocemente viúvo, Antônio Estrangeiro continuou no Glória por algum tempo.

Lenda ou verdade contam que Antônio Estrangeiro ainda vivia no arraial do Glória, onde teria criado muitos desafetos que queriam a todo custo matá-lo. Para se salvar teve ele que fugir dentro de uma caixa de mantimentos, escondido debaixo de grande quantidade de feijão. Seus inimigos chegaram a cercar a comitiva e penetrar as baionetas de seus fuzis altamente carregados no feijão contido dentro da caixa, mas por intervenção divina ou por pura sorte o fugitivo se salvou.

Após a bem sucedida fuga veio para Piumhi, onde fixou residência e casou-se novamente, aos 05 de outubro de 1913 com Maria Sebastiana de Jesus (alguns documentos constam Maria Sebastiana Garcia). A nubente era natural de Piumhi, filha de Antônio José Garcia (que na ocasião do casamento já era falecido) e Delmira Maria de Jesus (PARÓQUIA N. SRA. DO LIVRAMENTO DE PIUMHI. Livro de Casamentos N° 07, Folhas 45V e 46).

FILHOS EM PIUMHI

O casal teve os filhos: 1) Idygar Hostalácio: nascida em 16 de julho de 1914, casa-

da com Adolfo Pinto Lasmar; 2) Jacyra Ferreira Hostalácio: nascida em 7 de fevereiro de 1916, casada com o advogado Dr. Aníbal César Maia; 3) Antônio Hostalácio Filho: nascido em 13 de dezembro de 1916, tinha apelido de Totonho, casou-se em Pains e residiu em Formiga; 4) Consuelo Ferreira Hostalácio: nascida em 23 de novembro de 1919, casada com o advogado Dr. Vitrásiano Leonel da Silva; 5) Hermeto Ferreira Hostalácio: nascido em 31 de março de 1922, casado com Maria Sebastiana Hostalácio; 6) Osório Ferreira Hostalácio: nascido em 6 de dezembro de 1924, casado com Romilda Ferreira Hostalácio; 7) Izidoro Ferreira Hostalácio: nascido em 9 de fevereiro de 1927, casado com Irma Sansoni; 8) Maria Ferreira Hostalácio: nascida em 21 de junho de 1929, desconhece se tenha casado.

Antônio Estrangeiro faleceu no dia 29 de agosto de 1943, tendo como causa morte diabetes e esclerose renal-urônica, embora haja quem diga que sua morte teria se dado em circunstâncias muito nebulosas, visto que já nem saía mais de casa tantas eram as ameaças de morte. Deixou herança "no valor de cinquenta mil cruzeiros, em poder de sua esposa e filhos". Dona Maria Sebastiana faleceu em Piumhi em 01 de maio de 1993, vítima de broncopneumonia e senilidade, aos 98 anos de idade. Assim termina a história de nosso personagem, pelo qual homenageamos todos os seus descendentes.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Antônio Ferreira Hostalácio 'Fuga do Glória para Piumhi, dois casamentos e vasta descendência "O patriarca era espanhol ganhando, por isso, o apelido de Manoel Estrangeiro ou simplesmente Estrangeiro -- assim como o nome de família o cognome também se estendeu aos seus herdeiros". **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 18 fev, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE: A HISTÓRIA DO SOLDADO VILAS BÔAS

‘Solto os presos da cadeia em troca de uma garrucha’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

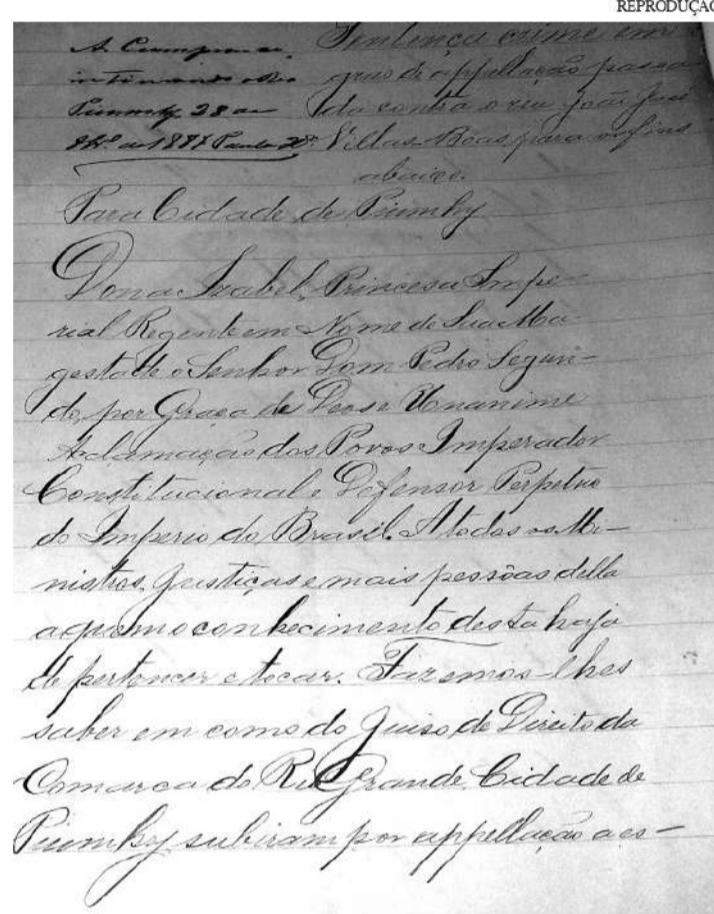
João José Vilas Bôas era soldado do Corpo da Guarda da Cadeia do Termo de Piumhi. Muito pouco se sabe sobre esse personagem além do que consta num pequeno processo movido contra ele. Foi denunciado pelo fato, de na virada de 13 para 14 de fevereiro de 1886, ter praticado “o arrombamento na Cadeia deste termo, por onde evadiram-se todos os criminosos presos na mesma” (Processo, fl. 2).

O promotor interino João Neponuceno de Faria Pereira, que atuou no caso além do crime quis imputar ao denunciado o fato de ter agido com violência para superar os obstáculos e atingir o seu objetivo, utilizando-se de um instrumento perfurante, aumentando dessa forma a pena. Pediu a condenação nas condenações máximas do artigo 123 culminado com a parte final do artigo 270 do Código Criminal. Os referidos artigos estabeleiam que: “Art. 123. Fazer arrombamento na Cadeia, por onde fuga, ou possa fugir o preso. Penas - de prisão com trabalho por um a tres anos. Art. 270. (...) Julgar-se-ha violencia feita á causa, todas as vezes que se destruirem os obstáculos á perpetração dos roubos, ou se fizerem arrombamentos exteriores, ou interiores. Os arrombamentos se considerarão feitos todas as vezes que se empregar a força, ou quaisquer instrumentos, ou apparelhos para vencer os obstáculos” (sic).

O promotor arrolou as testemunhas. O local do arrombamento foi examinado pelos peritos Francisco Mac Gregor de Campos e João Pereira Bueno sob a assistência do delegado Juvêncio Pinto Lara. Constataram a prática da violência no arrombamento que produziram as informações que subsidiaram a materialidade do delito. O inquérito deduziu autoria do crime ao soldado João José Vilas Bôas e encaminhou o processo ao promotor.

POR UMA GARRUCHA

Com o arrombamento promoveu a liberdade dos presos Manoel Mulato e Eugênio, escravos do Tenente Florêncio Rodrigues Nunes; João Monge e José Teixeira – maioria ainda sem julgamento. No dia 14 de junho de 1876 o 3º Juiz Municipal Substituto José Augusto de Freitas pronunciou o acusado sob a justificativa de que ele agiu “para o fim de soltá-los como de facto os soltou, acompanhando-os de fuga e como tal procedimento contivesse o crime, o pronunciou”



Vilas Bôas; o inusitado arrombamento da cadeia registrado no processo

(Processo, fl. 5V – sic).

O denunciado tentou recorrer ao juiz de Direito da Comarca de Formiga Antônio Luiz Ferreira Tinôco, aos 26 de junho de 1886, mas teve seu pedido negado. O

promotor ofereceu o “libello do crime” (hoje denúncia), na qual buscando agravar a pena do crime enumerou as qualificadoras: chave falsa e arma que trazia de sentinelas; cometeu o crime durante o período da noite, abuso de confiança à eleposta; esperança de recompensa e arrombamento para a perpetração do crime. Após o libello o acusado pode oferecer a “contrariedade” (resposta à acusação) pela qual seu advogado Belmiro Florêncio Rodrigues negou ter cometido o delito na denúncia e que o laudo pericial não trazia informações de forma clara (Processo: fl. 7).

No processo o grande embate entre defesa e acusação girou em torno do uso ou não da violência no cometimento do crime. Em 16 de julho de 1886 o juiz de Direito Antônio Luiz Ferreira Tinôco proferiu a sentença, na qual o magistrado explicou que o Tribunal da Relação da Corte entende que o uso de chave falsa por si só já caracterizava violência. Ao dosar a pena levou em consideração a confissão do réu em juízo constante na fl. 33, ainda que depois negasse novamente. O juiz afirmou ainda que havia nos autos outras provas da autoria e ao pesar que havia promessa de paga “de uma garrucha” condenou Vilas Bôas ao grau médio do artigo 123 que somando as agravantes e deduzindo as atenuantes resultou

na pena de “dois anos e quatro meses de prisão simples, que cumprirá na Cadeia desta Cidade, e nas custas” (Processo, fl. 12).

‘NEGÃO PROVIMENTO’

Intimado da sentença, desejou apelar ao Tribunal da Relação de Ouro Preto. Os desembargadores e conselheiros Francisco Leite da Costa Belém (Presidente) e Aurélio A. Pires de Figueiredo Camargo (Juiz Relator) decidiram: “negão provimento à apelação interposta, visto ser legal essa pena e ter observado no processo as formalidades prescritas pela lei. Condeno o apelante nas custas” (Processo, fls. 13 e 13V).

Curioso é como começava e terminava o acórdão dos desembargadores: “Dona Princesa Izabel, Princesa Imperial Regente em nome de Sua Majestade, o Senhor Dom Pedro Segundo por graça de Deus e unânime aclamação dos Povos e Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil. A todos Ministros, Justiças e mais pessoas delas a quem o conhecimento desta haja de pertencer e tocar. Fazemo-lhes saber em como do Juízo de Direito da Comarca do Rio Grande, Cidade de Piumhi subirão por apelação (...)” (Processo, fl. 13 – sic).

Dessa forma, não restou ao soldado Vilas Bôas outra alternativa senão cumprir a pena imposta pelo crime de soltar os presos da cadeia de Piumhi nos idos de 1886.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Acusação de espancamento de cativa gera processo e mostra as cicatrizes da escravidão na Piumhi do final do século XIX

'Em vista das respostas dos peritos julgo improcedente esta denúncia'

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Em 27 de janeiro de 1878 foi oferecida uma denúncia verbal ao Juiz Policial noticiando o espancamento de Maria escrava de Maria Umbelina Soares, viúva de Antônio José Soares da Silva. A acusação rendeu um pequeno processo para que se realizasse as "Averiguações Policiais" (Processo: fl. 1- sic). O delegado que recebeu a notícia do crime foi José Alves do Couto (pai do Chico Alves) e seu primeiro ato na investigação foi, na mesma data, baixar uma portaria nomeando os cidadãos Francisco Theodoro França e João Antônio de Barcelos como peritos com ordem expressa para "hirem onde mora D. Maria, viúva que ficou do falecimento de Antônio José Soares da Silva, e procedão o exame na escrava da mesma que consta a esta dellegacia parcer enferma em consequência de castigos bárbaros empregados pela senhora da paciente" (Processo: fl. 2 - sic).

O delegado enumerou os quesitos a serem respondidos pelos peritos dos quais pinçamos os seguintes: 1) se houve fratura de algum membro ou lesão de algum órgão que pudesse ofender ou "produzir algum aleijão ou deformidade da paciente" (Processo: fl. 2- sic); 2) Nada encontrado declarar a enfermidade da qual está sofrendo. Um ponto interessante desse exame de corpo delito: cada perito deveria avaliar a escrava separadamente e cada um deles produziria o seu laudo respondendo os quesitos solicitados pelo delegado.

'CICATRIZES ANTIGAS'

No mesmo dia a escrava Maria recebeu a visita dos peritos. O primeiro a examiná-la foi o cirurgião charlatão França que atestou: "não haver contusão, fratura, luxação ou ferida sanguinosa de castigos bárbaros e tão somente umas cicatrizes antigas na espátula direita e base do quito causadas por uns açoites, pequenas cicatrizes sobre as primeiras vértebras cervicais que parecem ser consequências



REPUGNANTE -- era costume publicar em jornais que circulavam no Brasil do século XIX anúncios sobre fuga de escravos, oferta de recompensa pela captura, a compra e venda, com descrição física e qualidades de trabalho, a exemplo de classificados comerciais que circulam hoje na imprensa

de relhadas, mas estas cicatrizes demonstram ter mais de seis meses de idade" (Processo: fl. 4 - sic). Continuou: "assim mais observei que a paciente está a um

corrimento catarrential e sofre de uma initrite uterina crônica, e está em desfalecimento sênecial consequência de seu estado de constantes vômitos, septicémerites que sofre" (Processo: fl. 4 - sic).

O segundo perito foi mais conciso: "não achei nella nem fractura de membro, nem lesão de órgãos que possam produzir aleijão ou deformidade. Descobri nas costas da mesma alguns signais muito antigos, que parecem ser de ser ele instrumento castigatório, mas perguntando eu a escrava de que provinham, respondeu-me, que eram cicatrizes de cabrestos ou úlceras que há tempos tinha sofrido. Acho essa escrava bem definhada, parecendo-me sofrer de incômodos uterinos e digestivos" (Processo: fl. 4 - sic).

AUTOS ARQUIVADOS

O escrivão Thomaz José Barbosa concluiu o processo aos 14 de fevereiro de 1878 e o delegado despachou: "Em vista das respostas dos Peritos julgo improcedente esta denúncia verbal

dada a este Juiz, o escrivão arquivou-se estes autos no Cartório Piumhi, 14 de fevereiro de 1878 José Alves do Couto" (Processo: fl. 4V - sic).

As questões criminais na época do Império eram regulamentadas pelo Código Crime de 1 de dezembro de 1830. No artigo 14 cumulado com § 6º desse instituto legal estava estabelecido que: "Art. 14. Será o crime justificável, e não terá lugar punição delle: (...) § 6º Quando mal consistir no castigo moderado que os pais derem a seus filhos os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade dele, não seja contrária às Leis em vigor" (sic). Contudo a lei foi omisso quanto aos castigos bárbaros. No caso analisado a escrava negou ter sido espancada por sua senhora, mas inegável o fato de que os sinais que trazem suas costas eram resultantes de açoites ainda que praticado em outros tempos: as cicatrizes do corpo eram visíveis, mas a marcas deixadas na alma eram mais profundas e doloridas. Desconhece-se quando a escrava Maria e sua senhora faleceram.

Fale com o autor: professor luismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Acusação de espancamento de cativa gera processo e mostra as cicatrizes da escravidão na Piumhi do final do século XIX 'Em vista das respostas dos peritos julgo improcedente esta denúncia'. **Alto S. Francisco.**

Piumhi, ano 98, 04 mar, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Dona Thomázia: uma mulher muito à frente de seu tempo

Perdendo o marido e seu filho homem muito jovem, juntamente com sua filha teve que se impor numa sociedade extremamente machista numa Piumhi de meados do século XIX

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O século XIX estava principiando e o arraial de Piumhi se resumia a poucas dezenas de casas subordinadas à Vila de São Bento do Tamanduá (atual cidade de Itapecerica). Os habitantes eram gente de pouca escolaridade, mas, como hoje, era um povo bom e hospitalero. Viviam mais em suas fazendas e sítios e deslocavam até a sede do distrito apenas quando algo faltava ou nos dias de domingos e feriados para participarem das missas e celebrações religiosas. A sociedade respeitava o padrão patriarcal ditado pelo costume dos tempos da Colônia e depois do Império – esse tipo de sociedade impunha a subserviência da vontade feminina. É justamente desse contexto de dominação masculina que extraia uma personagem que demonstrou ser uma exceção nesse complexo universo. Dona Thomázia era uma mulher à frente de seu tempo e narrar sua história será uma humilde forma de homenagear todas as mulheres de nosso município em razão do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

MULHER DE FÉ

Dona Thomázia nasceu na Capela da Lage, Freguesia de São José del Rey (hoje Tiradentes) em época desconhecida. Seus pais eram Antônio Machado Rodrigues e Inês Francisca de Jesus. Casou-se com João Alves Correia e teve dois filhos: Ana, casada com Manoel José de Castro, e João Alves Correia, casado com Maria Theodora e falecido antes de 1841. Sabe-se que seu marido faleceu precocemente, embora não se saiba ao certo quando morreu. Após a perda de seu marido, Dona Thomázia teve que assumir as rédeas da administração de vastíssima extensão de terras, tornando-se uma senhora bastante respeitada na sociedade piumhiense.

Ela era uma mulher de fé, pôdiu em testamento que seu corpo “amorilhado de nossa Senhora do Carmo e acompanhado a sepultura pelos clérigos que se acharem, os quais me dirão missas de corpo presente”. Requereu ainda na peça testamentária 50 missas pela sua alma, de seu falecido marido e de seu filho, dez missas pelas almas do Purgatório e “mais dez missas pelas almas de meus escravos”. Foi membro da Irmandade Terceira de Nossa Senhora do Carmo de São João Del Rei.

SAINTE-HILAIRE

Em 1819, August Saint-Hilaire



Grupo de turistas na cachoeira da Cascadanta em foto de 1900 do acervo do Arquivo Público Mineiro; imagem bem próxima daquela que teria sido encontrada por Saint-Hilaire quando se hospedou na fazenda de Dª Thomazia em sua incursão rumo à nascente do rio São Francisco no início do século XIX

laire, quando seguia rumo às nascentes do rio São Francisco, hospedou-se na sede de sua propriedade denominada Valinhos. O botânico francês narrou que após deixar o arraial de Piumhi caminhou por três léguas até chegar a fazenda de Dona Thomázia e arrematou “Desde Pium-í até a fazenda de dona Thomázia tive diante de mim a serra da Canastra, que se eleva ao longe com imponente regularidade”. Descreveu a propriedade como “uma fazenda de considerável extensão. Havia ali muitos escravos, gado e um grande número de porcos. Não obstante, a casa da proprietária não passava de uma choupana miserável cujo único mobiliário era constituído por uma mesa e uns poucos tamboretes”. Mas as condições de vida de Dona Thomázia não eram uma exceção como explicou Hilaire: “No sertão, raros são os fazendeiros que têm alojamentos decentes”.

O peregrino da ciência conheceu a propriedade a fundo: “Visitei todas as dependências da fazenda, o celeiro, os alojamentos dos negros, etc., mas verificado ser impossível instalar-me em qualquer desses lugares, fui alojar-me num galpão aberto de todos os lados e entulhado de peças de uma carroça que estava sendo construída ali”. Afirmou ainda que receberam a visita de dona Thomázia e de sua filha no seu alojamento miserável oca-

são em que ouviu da matriarca: “disseram-se que as terras da região eram de muita boa qualidade e próprias para todo o tipo de cultura. Informaram também que o milho rendia ali por alqueire, dez ou onze carroças de vinte alqueires, ou seja, na proporção de 200/220 por 1,29 e que não era nos campos e sim nas matas que o comia ervas venenosas, o que provocava a morte de numerosos animais”.

ADRO DA IGREJA

Dona Thomázia no fim da vida restou com os escravos Nicolau e Miguel, uma casa no arraial de Piumhi, boa parte da fazenda Valinhos (tendo vendido uma parte a Francisco Gonçalves Machado) além de gado, porcos e mais trastes domésticos. Faleceu em Piumhi, sendo sepultada no adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento no dia 7 de janeiro de 1841, tendo sido acompanhada e encomendada pelo Vigário José Severino Ribeiro. Ela morreu com todos os sacramentos. Dona Thomázia, perdeu o marido e seu filho homem muito jovem e juntamente com sua filha teve que se impor numa sociedade extremamente machista: ela é um exemplo de persistência, luta e dedicação, era uma mulher bem à frente de seu tempo.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Dona Thomázia: uma mulher muito à frente de seu tempo 'Perdendo o marido e seu filh homem muito jovem, juntamente com sua filha teve que se impor numa sociedade extremamente machista numa Piumhi de meados do século XIX'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 11 mar, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE: FRANCISCO DE PAULA REBELO HORTA

Uma escola de mestres na Piumhi de 90 anos atrás

Seu educandário iniciou as atividades em 1928 e formou inúmeras professoras dentre as quais a saudosa Maria Serafina de Freitas a autora do método de alfabetização do 'Circo do Carequinha'

ALTO ARQUIVO



Edificada com recursos próprios pelo juiz de Direito Francisco de Paula Rebello Horta e inaugurada em 1928 a Escola Normal Franciso Campos funcionaria até 1940 formando gerações de mestres na cidade

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Em 17 de março a Escola Estadual "Professor Horta" celebrou a marca de seus 44 anos de existência, motivo pelo qual dediquei algumas linhas para a trajetória de um homem pouco comum: o patrono, professor Dr. Horta. Mineiro de Santa Bárbara, Francisco de Paula Rebello Horta era filho de Antônio Gomes Rebello e Emilia Augusta Carneiro Horta. Nascido para a arte das letras o pequeno Francisco estudou os anos iniciais em sua terra natal. Conseguiu, após muita luta a diplomação no curso de Direito no ano de 1909. Casou-se na cidade de Ferros, com Matilde Machado Horta, com quem teve alguns filhos.

O domínio e o fascínio pelas ciências jurídicas fizeram dele Juiz de Direito. Como magistrado atuou com zelo e apurado senso de justiça nas Comarcas de Paracatu, Piumhi, Leopoldina e Ubá. Veio para Piumhi nos fins da década de 1920 e deparou com uma situação inusitada: a cidade tinha apenas um grupo escolar. Ao analisar os processos penais não teve dúvida: o volume dos delitos e crimes era consequência da falta de escolas. Após pensar bastante constatou que abrir escolas não resolveria o problema: era necessário formar professores para suprir a demanda e depois abrir os educandários.

ESCOLA DE MESTRES

Para realização de seu sonho buscou e conseguiu apoio de alguns colegas como o professor João Menezes, o médico Dezjar Leite e

tantos outros. Construiu a custa de seus recursos a Escola Normal "Dr. Francisco Campos" – o prédio que hoje abriga a Escola Estadual "Professor José Vicente". Seu educandário iniciou as atividades em 1928 e formou inúmeras professoras dentre as quais a saudosa Maria Serafina de Freitas autora do método de alfabetização do "Circo do Carequinha". A escola era particular, mas muitas bolsas eram concedidas pelo Professor Horta, pois afirmava que seu objetivo era ajudar os pobres e humildes desta cidade. Dona Maria Serafina por ocasião da inauguração da Escola Estadual Professor Horta esclareceu que na sua turma "Éramos 13 e somente 5 pagavam os estudos pois 8 não tinham condições".

Salvo pequena subvenção da Câmara Municipal de Piumhi não havia verbas e muitos professores trabalhavam espontaneamente sem exigir remuneração. Já o Dr. Horta contribuiu financeiramente para a manutenção e funcionamento da escola. A instituição funcionou nessas condições por 15 anos. Não há dúvida de que este educandário tenha contribuído para formação da elite intelectual desta cidade deixando seus reflexos até nas décadas de 1960/70.

UM BATALHADOR

Retirou-se de Piumhi se transferindo para a Comarca de Leopoldina, em fevereiro de 1944, após ter sido promovido por seus bons trabalhos a frente da justiça da Comarca. Dona Vitolina de Rezende Silva resumiu o sentimento do Dr.

Horta por nossa terra e o ambiente da Escola Normal: "Dr. Horta amou Piumhi não em palavras, mas, com atos: quantas professoras estudaram na Escola Normal sem fazer nenhum pagamento. E a escola era paga com dinheiro dos alunos! E o ambiente do colégio... Formávamos uma grande família, muito alegre e unida, cada um temendo pelo dia da separação. Como tudo era formidável. Dr. Horta foi um batalhador pela paz, cultura e progresso de Piumhi".

Depois de Leopoldina galgou, por merecidos méritos, a posição de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - posição igualmente ocupada com dignidade, amor e justiça.

O professor Horta faleceu em Belo Horizonte em 14 de fevereiro de 1973. Em Piumhi é lembrado não só como um Juiz, mas como um grande benfeitor da história da educação de nossa comunidade. Por isso esse benemérito lutador cedeu, com justiça, o seu nome como patrono de uma das escolas da cidade – uma justa homenagem a quem tanto lutou em favor da educação.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com



MELO, Luís Augusto Júnio. Francisco de Paula Rebello Horta 'Uma escola de mestres na Piumhi de 90 anos atrás' "Seu educandário iniciou as atividades em 1928 e formou inúmeras professoras dentre as quais a saudosa Maria Serafina de Freitas a autora do método de alfabetização do Circo do Carequinha". **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 18 mar, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE: PEDRO BERTO DE REZENDE COSTA

Uma figura emblemática com três casamentos e vasta riqueza

Viúvo pela terceira vez, ele tentou buscar novo matrimônio, mas as circunstâncias da vida o impediu. Pretendia se casar pela quarta vez com uma tal Josepha tendo com ela uma filha de nome Maria em fins de 1895

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Pedro Berto de Rezende Costa era uma figura emblemática que viveu em Piumhi ao longo do século XIX. Sua origem está ligada ao casamento de Felisberto de Rezende Costa e Maria Josephina (alguns documentos constam Silvéria) de Jesus, o qual não foi realizado na cidade, o que nos leva a supor que vieram para cá casados.

Não se sabe ao certo quando a família de Felisberto deu com os costados na Vila de Piumhi. Aqui, eles se dedicaram ao trabalho e à aquisição de terras e escravos. Tornaram-se grandes potentados. O investimento em escravos aumentava a riqueza da família extraída da terra pela força braçal como em outros tempos (início da colonização do Brasil) como resumiu o padre João Antônio, em outra época, mas ainda aplicável à situação vigente no século XIX: "os escravos são os pés e as mãos de seus senhores". Sem escravos era impossível tornar a terra produtiva, daí a relação de dependência e necessidade da escravidão. Dona Josephina e Felisberto faleceram em Piumhi respectivamente nos anos de 1873 e 1874.

Pedro Berto nasceu em época incerta (provavelmente no ano de 1836) e se casou em Piumhi com Antônia Rosa de Jesus, em 30 de julho de 1859 através da bênção que imprimiu o padre João Gonçalves de Melo. A noiva era filha de Antônio Vicente Machado e Anna Angélica de Jesus, já falecida na ocasião do casamento. Serviram como testemunhas José Joaquim de Castro e João José dos Santos (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Casamento N° 3, Fls. 9). Houve dificuldade em localizar esse registro vez que o padre ao fazer o registro lavrou o nome do noivo como Pedro Antônio de Rezende e não como Pedro Berto de Rezende Costa, sabe-se tratar da mesma pessoa em decorrência de demais dados contidos no assentamento.

PRIMEIRA VIUVEZ

O casamento de Pedro e Antônia durou entre agosto de 1859 a agosto de 1872, isto é, praticamente 13 anos. Nesse intervalo o casal teve cinco filhos: 1) Joaquim Pedro de Rezende Costa, nascido no ano de 1860; 2) João Pedro de Rezende, nascido no ano de 1861; 3) Maria Cândida de Rezende, nascida no ano de 1865; 4) Ana Rezende Rodrigues (possivelmente adotou este sobrenome após casamento), nascida no ano de 1867; 5) Maria Joana de Rezende, nascida em 1870 e casada aos 06 de dezembro de 1884, com Joaquim Ferreira da Silva Júnior (filho de Joaquim Ferreira da Silva e Antônia Cândida da Glória), na ocasião do casamento a nubente tinha 14 anos de idade (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Casamento N° 4, Fls. 31).

Dona Antônia faleceu precocemente com aproximadamente quarenta anos de idade, sendo sepultada no cemitério eclesiástico de Piumhi em 13 de agosto de 1872. As causas da morte não foram registradas (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO:

Livro de Óbito N° 2, Fls. 92).

MAIS UM DRAMA

A morte da esposa entristeceu Pedro Berto, mas não ao ponto de sufocar o seu ímpeto varonil e após 11 anos de viuvez, buscou novo casamento na família do sogro de sua filha Maria Joana de Rezende, isto é, Joaquim Ferreira da Silva (Quinca) e Antônia Cândida da Glória, a noiva se chamava Maria Joana da Silva. O casamento foi celebrado em 30 de agosto de 1883 pelo padre Júlio Maria de Lingório na presença das testemunhas Manoel Soares de Oliveira e José Antônio Rodrigues de Oliveira (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Casamento N° 3, Fls. 121).

Pedro nutria a esperança de um casamento longo e duradouro, mas não foi o que aconteceu: cerca de três meses após o casamento Dona Maria Joana da Silva se engravidou e passa a viver um tormento: a luta pela vida e pela sobrevivência da criança. O menino nasceu em 24 de junho de 1884 em meio a grande sofrimento dele e da mãe. No dia seguinte ao parto a genitora não resistiu e morreu em decorrência de seus padecimentos, sendo sepultada no cemitério eclesiástico de Piumhi no mesmo dia, isto é, em 25 de junho de 1884 (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Óbito N° 3, Fls. 70).

O filho foi batizado com o nome de Joaquim em 29 de junho de 1884 tendo como padrinhos Custódio Vicente Machado e Maria Cândida dos Santos (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Batizado N° 6, Fls. 93V). Como capricho do destino, o pequeno Joaquim faleceu aos 7 dias idade, em 30 de junho de 1884, tendo sido sepultado no cemitério eclesiástico – apenas dois registros separaram os assentamentos de óbito de mãe e filho (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Óbito N° 3, Fls. 70).

FILHOS E ESCRAVOS

Todavia, ao contrário do que se pode pensar, o segundo casamento de Pedro Berto gerou seis filhos: 1) Pedro Berto de Rezende Silva, nascido no ano de 1874; 2) José Pedro de Rezende, nascido no ano de 1877; 3) Maria Joana da Silva, nascida no ano de 1876; 4) Vicente Berto da Silva, nascido no ano de 1879; 5) Beraldo da Costa Rezende Silva, nascido no ano de 1891; 6) Maria Rita da Silva, nascida no ano de 1883 – todos nascidos antes da oficialização do casamento que como dizemos ocorreu em 30 de agosto de 1883.

No processo de inventário dos bens do casal Pedro e Maria Joana conta-se 11 escravos: João Antônio Preto de 40 anos, Joaquim Pardo de 25 anos, Inocêncio Pardo de 23 anos, Clementino de 8 anos, Pedro Pardo de 7 anos, Leonarda Preta de 36 anos, Rita Preta de 26 anos, Evaristo Ciolo de 18 anos, Jerônimo, Genérosa de 40 anos, Maria de 39 anos de idade. O patrimônio do casal somou R\$ 32.110\$793 (cinquenta e dois contos cento e dez mil setecentos e noventa e três réis) – uma verdadeira fortuna.

O sentimento de perda de sua segunda esposa e do filho Joaquim não impediram Pedro Berto de se

casar pela terceira e última vez com Virginia Carolina dos Santos. A cerimônia teve lugar em 9 de maio de 1885, isto é, a menos de um ano da morte da segunda esposa. A nubente era natural de Piumhi, filha de Antônio Rodrigues Vieira e Maria Glória dos Santos, já falecida na época do casamento. Foram testemunhas: Joaquim Ferreira da Silva (sogro de Pedro no segundo casamento) e Manoel Soares de Oliveira. (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Casamento N° 4, Fls. 35).

Este casamento gerou os filhos: 1) João nascido no ano de 1885, e falecido dois anos depois de coqueluche, aos 25 de dezembro de 1887 (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Óbito N° 3, Fls. 109V); 2) Maria, nascida no ano de 1887 e falecida também aos dois anos de idade de tétano aos 31 de março de 1889 (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Óbito N° 3, Fls. 128V); Emenio nascido em 22 de maio de 1891, batizado em 26 de maio do mesmo mês e ano e tendo como padrinhos Joaquim Vigilante Bernardo e Maria do Carmo de Jesus (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: Livro de Batizado N° 7, Fls. 126). Dona Virgínia faleceu antes de Pedro Berto em data desconhecida.

UMA FILHA NATURAL

Viúvo pela terceira vez, Pedro Berto tentou buscar novo casamento, mas as circunstâncias da vida o impediu. Pretendia se casar pela quarta vez com uma tal Josephina tendo com ela uma filha de nome Maria em fins de 1895. Logo após o nascimento da filha caiu doente e vendo que não poderia se casar com a prometida solucionou a questão legitimando a filha por meio de escritura pública. Assim, gravemente enfermo, "porém em seu perfeito juízo" mandou vir no dia 22 de julho de 1896, na casa do Coronel Carlos Alvarenga o tabelião para lavrar a referida escritura na qual declarou "que por fraqueza humana houvera de uma relação ilícita, digo, incesto uma filha natural de nome Maria, de idade de dez meses e tanto, com mulher solteira, sem algum impedimento canônico para neste tempo casar-se com ele ou outorgante, de nome Josephina de Tal, filha de João Pedro Francisco e de Maria Antônia dos Santos" (Cartório 2º Ofício de Notas: Livro n° 21, Fls. 96V). A palavra "incesto" foi utilizada no sentido de impuro – "fora do matrimônio cristão".

Não houve tempo para o quarto casamento, vez que depois de uma vida agitada de três matrimônios, mais de uma dezena de filhos e ver seus escravos ganharem liberdade por força de lei áurea assinada em 13 de maio de 1888, tendo com isso um prejuízo patrimonial considerável, Pedro Berto faleceu "de morte natural e causa ignorada" a uma hora da tarde em 29 de julho de 1896 – sete dias depois da perfilação de Maria. Seu corpo foi inumado no "Cemitério Públco desta cidade". Assim terminava a vida de Pedro Berto de Rezende Costa um personagem ímpar na história de Piumhi.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Pedro Berto de Rezende Costa 'Uma figura emblemática com três casamentos e vasta riqueza' "Viúvo pela terceira vez, ele tentou buscar novo matrimônio, mas as circunstâncias da vida o impediu. Pretendia se casar pela quarta vez com uma tal Josephina tendo com ela uma filha de nome Maria em fins de 1895". **Alto S. Francisco**, Piumhi, ano 98, 25 mar, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE: JOSÉ LEITE DE MELO

Fazendeiro, Juiz Municipal, mandatário político, Coronel da Guarda Nacional e pai de numerosa família

Há 90 anos a região perdia um de seus grandes líderes

ACERVO DO AUTOR



Família do Coronel José Leite e D. Francisca de Paula Arantes (em pé da direita para esquerda) Amélia, Maria, a matriarca D. Francisca, Geny, Nelson e Vicente. Sentados da esquerda para a Direita: Augusta (Dudu), Jujuba, coronel José Leite com o filho Wivaldo (Didico)

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Existem, em Piumhi, pelo menos quatro grandes núcleos familiares com o sobrenome Melo. Um deles deu origem ao Coronel José Leite de Melo, homem que conseguiu se impor e tornar-se um dos mandatários mais importantes da Piumhi de sua época, personagem central da história de hoje.

Dentre os filhos do Capitão João Machado Lourenço e dona Ana Luísa de Melo estava Maria Umbelina de Melo, nascida e batizada em Piumhi. Por outro lado, o tropeiro José Leite da Cunha era filho de Domingos Leite da Cruz e Maria Angelica de Nazareth, nascido e batizado na Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth de Cachoeira do Campo.

José Leite e Maria Umbelina se casaram em Piumhi, na presença do Padre João Gonçalves de Melo e das testemunhas João Machado de Faria e Tenente Coronel Antônio Gonçalves de Melo, em 21 de outubro de 1844. O casal teve muitos filhos que transformaram suas vidas em importantes personagens da história de nosso município. Dentre eles estava José Leite de Melo, nascido em Piumhi e batizado em 23 de julho de 1848, tendo como padrinhos João Machado de Faria e Melo e dona Gertrudes Maria Cândida.

José Leite de Melo cresceu e viveu entre Piumhi e o Araiaí dos Franciscos (Capitólio). Teve o privilégio de aprender a ler e escrever. Em 16 de maio de 1873, contando com seus vinte e cinco anos de idade, casou-se com Maria Carolina Ribeiro, viúva de Leonel Leopoldino de Mendonça, natural da Freguesia de Pouso Alto (hoje Pouso Alto - Sul de Minas).

NA PONTE ALTA

Dona Maria Carolina e seu primeiro marido moravam em Bambuí, onde eram fazendeiros. Contam Adil Ramier e Sinval Alves de Melo no livro "Capitólio Prosa e Verso" que por volta de 1870, Leonel decidiu vender suas terras e comprar outras em Capitólio. Com tudo pronto para partir de mudança, foi fazer acerto com os empregados. Um deles não teria concordado com o acerto e reclamou sendo repreendido por Leonel com uma coça com rabo de tatu.

O empregado ao chegar em casa contou o ocorrido para mulher e um de seus filhos doente mental ouviu a conversa e com sua garrucha de cagar passarinho foi a procura de Leonel. Este estava a trançar um moinho, quando foi visto pelo menino ráquítico que disparou sua arma: o valente Leonel tombou morto ao chão. Dona Maria Carolina fez o velório, enterrou o marido e partiu, posto que não havia como desfazer os negócios firmados pelo falecido marido.

Veio para Capitólio trazendo seus oito filhos sendo 4 portadores de necessidades especiais e 4 normais. Adil e Sinval classificam dona Maria Carolina como "uma verdadeira heróica, além dos filhos que exigiam cuidados especiais, administrava fazenda por muito tempo, a enorme fazenda na região da Ponte Alta". Foi nesse contexto que buscou casamento com José Leite de Melo. A filha de Maria Carolina, Similiana casou-se com o irmão de José Leite chamado Avelino Leite de Melo em 20 de fevereiro de 1878.

O casal José Leite e Maria Carolina tiveram apenas dois filhos

Maria Carolina de Melo (Dona Dica) e João Batista de Melo. O reduzido número de filhos deve-se a morte prematura de Maria Carolina, ocorrida em data desconhecida, mas estima-se que tenha acontecido em 1877. José Leite fez a partilha da fazenda, e sem condições de cuidar dos 4 filhos especiais negocou com o casal Avelino Leite e Similiana a mudança do casal para a sede da Fazenda Ponte Alta pois sua enteadas e cunhadas era a pessoa mais indicada para essa tarefa.

VINDA PARA PIUMHI

José Leite, por sua vez se mudou para a região dos Miguéis, onde construiu uma bela casa de madeira e de dois pavimentos. Mais tarde se transferiu para Piumhi onde empregou seus dons de homem "inteligente e respeitado", envolvendo-se em política e chegando ao cargo de Juiz Municipal de Piumhi (não togado). Aqui na cidade contraiu segundo casamento com Francisca de Paula Arantes (alguns documentos constam Francisca Soares Arantes), em 20 de outubro de 1883, na presença do padre José Florêncio Rodrigues e dos padrinhos Antônio Soares de Oliveira e Antônio Joaquim de Freitas Almada. A nubente era filha de Vicente Soares Ferreira e Dona Maria da Paula Arantes. O casal teve vários filhos: Maria Soares de Melo, Nelson Soares de Melo (pai de Ismar), José Soares Leite de Melo (Jujuba), Geny Soares de Melo, Amélia Soares de Melo, Augusta Soares de Melo (Dudu), Wivaldo Soares Leite de Melo (Didico) e Vicente Soares de Melo.

Já era respeitado e importante ao casar com uma mulher de outra família tradicional tornou-se uma das mais influentes cabeças da política da época. Sinval e Adil o citaram como Presidente da Câmara Municipal de Piumhi, porém o nome de José Leite não consta no rol elaborado por Oscar Rocha. Todavia, na condição de vice-presidente pode ter dirigido muitas reuniões o que justificaria a questão. Foi nessa ocasião que se tornou Tenente Coronel da Guarda Nacional, título que lhe rendeu ainda mais prestígio político e eleitoral. Foi amigo e aliado político do Dr. Avelino de Queiroz e do Coronel Lourenço Belo.

BOTICA EM CAPITÓLIO

No auge da vida política, profissional e amorosa, o Coronel José Leite se viu surpreendido pelos caprichos da vida: precocemente faleceu sua segunda esposa, tendo sido sepultada no Cemitério Eclesiástico de Piumhi em 9 de julho de 1902. A tristeza inundou o coração do Coronel que decidiu voltar às suas origens: regressou com seus filhos para Capitólio a fim de uma vida menos agitada. Mas o impeto para a rotina social fez o Coronel abrir sem demora um estabelecimento comercial "misto de loja de macacinhos e farmácia".

Tinha ampla biblioteca de medicina e manuais de Chemoviz, prestando relevantes serviços nessa área ao povo de Capitólio. Dessa forma, influenciou os filhos Jujuba e Nelson no ramo farmacêutico. Também em Capitólio foi um dos fundadores da Sociedade São Vicente de Paulo em 1921, sob a liderança do Padre Mário da Silveira -- marcando seu nome na assistência social daquela localidade.

O FINAL EM 1928

O Coronel José Leite, em plena



MELO, Luís Augusto Júnio. José Leite de Melo 'Fazendeiro, Juiz Municipal, mandatário político, Coronel da Guarda Nacional e pai de numerosa família "Há 90 anos a região perdia um de seus grandes líderes"'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 01 abr. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Lei de 1º de abril de 1841 eleva arraial à sede de Vila e garante a nossa emancipação política Há 177 anos Piumhi ganhava foro judicial e administrativo



ALTO ARQUIVO

A primeira sede da municipalidade piumhiense foi o casarão da praça Dr. Avelino de Queiroz que na década de 1970 seria demolido para dar lugar ao então Grêmio da Juventude Piumhiense (GJP). No pavimento superior funcionavam a sala de sessões da Câmara, o Tribunal do Júri e o centro de decisões administrativas da Vila. No térreo ficava a cadeia pública. A lista de presidentes foi aberta pelo vigário José Severino Ribeiro ocupante do cargo de 1842 a 1844

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O 1º de abril guarda uma importante conquista da nossa municipalidade. Foi nessa data que no ano de 1841 seria aprovada a lei provincial nº 202, assinada pelo então governador Sebastião Barreto Pereira Pinto. Essa disposição garantiu a emancipação política e administrativa da nossa cidade que passou a ter a sua Câmara Municipal autônoma composta de sete vereadores eleitos pelos "homens bons" da localidade. Importante é ressaltar que os eleitores eram alistados conforme as prerrogativas da censitária Constituição de 1824, ou seja, estabelecia com direito ao voto homens maiores de 21 anos e com renda comprovada de R 100\$000 (cem mil réis) anuais.

Mas é sempre bom lembrar que essa lei não caiu do céu ou foi uma dádiva inesperada dos governantes da Província de Minas Gerais, mas sim resultado de grandes esforços de membros dessa comunidade. Exemplo dessa luta foi uma petição, datada de 1833, pedindo que o arraial de Piumhi fosse elevado à categoria de Vila. O documento justificava a medida: imenso prejuízo dos habitantes de povoações distantes da sede de seu Termo de Tamanduá e as dificuldades de locomoção para se resolverem as demandas da justiça cível, criminal e votarem.

Nelre se lê: "Eles Excelentíssimos Senhores tem a Sua Matriz distantes de Tamanduá desoto legoas, e seus limites, que confinão com o Bisulado de Goiás, distão do mesmo Tamanduá trinta e seis legoas; tem se reunidos os Eleitores na Cabessa do Destriktº em a presente Legislatura para Eleições dos Senhores Deputados e Senadores cinco para seis vezes; Cura de Almas, agricultores, e negociantes, que nem sempre estão aptos para excessos de jornadas, com detimentos espirituais, rurais e comerciais".

ESTRADA BOIADEIRA

O acesso a Tamanduá (atual Itapecerica), sede da municipalidade da qual fazímos parte, era feito por uma estrada boiadeira, uma vez que o único meio de transporte do período era o lombo dos cavalos e dos muares – na verdade, uma jornada bastante penosa. Assinaram o requerimento os cidadãos piumhienses Capitão Antônio Luís Teixeira, Alferes Antônio Joaquim da Costa, José Rodrigues da Costa, Tenente-Capitão Francisco Gonçalves de Mello, Tenente-Coronel Antônio Gonçalves de Mello, Alferes Olívierio Pedroza Ferreira, Tenente-Coronel José Caetano de Souza, Tenente José Joaquim Barbosa, Vigário José Severino Ribeiro, Padre João Gonçalves de Mello, Alferes Manoel Gonçalves de Mello, Capitão João Teixeira Alvarez, Joaquim Cláudio Pinatto, João Ferreira Barcelos. Estes

cidadãos podem ser considerados os precursores da emancipação política administrativa de Piumhi, embora muitos deles morressem sem ver o sonho se concretizar.

O pedido foi ignorado e em 1839 foi criada a Vila Nova de Formiga, da qual ficamos pertencendo, juntamente com o arraial da Sant'Ana do Bambuí. Não era o que se pretendia, mas a distância entre o nosso arraial e a sede do Termo ficou bem menor se comparado a Tamanduá.

A VILLA DE PIUMHY

Assim, depois dessas incessáveis lutas, decepções e frustrações, os municípios do arraial de Nossa Senhora do Livramento de Piumhy, se alegraram com a sanção da lei que criou a Vila de Piumhi. No texto da lei, no seu § 2º lê-se [...] desmembrada do município da Vila Nova da Formiga, com denominação da Villa de Piumhy, compreendendo a freguesia do mesmo nome.

Ao Termo de Piumhy passavam a pertencer os distritos de São João da Glória (atual São João Batista da Glória), São Roque (atual São Roque de Minas), Senhora do Rosário da Estiva (atual Pimenta) e Nossa Senhora do Carmo do Jatobá (atual Doresópolis), segundo a Lei Estadual nº 239, de 30 de novembro de 1842 – lei esta que

complementava as disposições da lei de 1841.

No artigo segundo há uma remissão do artigo segundo da lei nº 134 de 16 de março de 1839, o qual exige dos novos municípios criados sob forma de vilas: "Os habitantes dos novos municípios são obrigados a construir à sua custa as Casas para Sessões das Câmaras Municipais e dos Conselhos de Jurados, e cadeias seguras, conforme os planos que forem determinados pelo Governo". O fato de permitir sala de sessões para o Conselho de Jurados garantiu à Piumhi certa autonomia Judiciária.

Dessa forma, em 1º de abril de 1841, o arraial de Nossa Senhora do Livramento de Piumhy ganhou sua emancipação política e administrativa com privilégios de Foro Judicial, completando em 2018 os 177 anos. Nossa Câmara somente foi instalada em 7 de abril de 1842. Portanto, a emancipação política e administrativa não ocorreu com a elevação de Piumhi à categoria de cidade, isto é, em 20 de julho de 1868 – nessa ocasião Piumhi tornou-se apenas cidade, ganhando um importante status perante aos outros municípios e elevando o número de vereadores de sete para nove.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

CONVITE

para Palestra

'O Novo Modelo de Segurança e o Novo Ensino Médio'

Esse será um momento para esclarecermos que o novo ensino médio acarretará a mesma instituições escolares e estudantes, seus e A estrutura organizacional está preparada. A sociedade brasileira participou de maneira ao novo ensino médio?

Dante da crescente onda de violência, que é o colapso do atual modelo de Segurança e do que nunca que a sociedade se apodere da sua estruturação e participe desse impo

Convide sua equipe de trabalho
Juntos podemos trabalhar e construir

MEMÓRIA PIUMHIENSE

A instalação da Câmara Municipal: 7 de abril de 1842, a consolidação da emancipação de Piumhi **Coube ao Vigário inaugurar a lista de presidentes do Legislativo**

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Cumpridas todas as exigências, em 7 de abril de 1842, um ano depois de obtida a petição de criação da Vila, constituiu-se a primeira legislatura, composta dos seguintes vereadores eleitos: Vigário José Severino Ribeiro (Presidente), Francisco Antônio de Faria Arantes, José Pereira Martins, Joaquim Xavier de Castro (advogado), Antônio Machado de Miranda, Manoel Xavier Gonçalves, Padre João Gonçalves de Mello. Na ocasião, também foi escolhido pelo voto dos habitantes o primeiro Juiz de Paz. Chamava-se Francisco de Antônio de Faria Arantes e leisou na Vila de Piumhy entre 1842 e 1845.

Instaladas no mesmo prédio a Câmara e a Cadeia, e também cedido espaço para o trabalho do Juiz de Paz, certos símbolos foram implementados como representação máxima do Império e seus desdobramentos. Primeiramente, para simbolizar a vereança e seu cuidado para com o povo, construíram-se os chafarizes, fonte pública de abastecimento de água que satisfazia a demanda dos habitantes.

A representatividade do Poder Judiciário começava pelo pelourinho, composto de uma coluna de madeira levantada em um local onde todos passavam, para se fazer alusão a castigo, um exemplo para quem ousasse praticar delitos, e, principalmente, um aviso cruel contra a insubordinação de escravos. Mas o símbolo maior de repressão do Poder Imperial em uma sociedade que se baseava no trabalho escravo era a força. Utilizada como instrumento contra as desordens, símbolo da organização do Poder, estabilizadora da ordem, invariavelmente era aplicada em casos de homicídios e revolta de escravos.

O ALTO DA FORCA

No Arraial de Piúf, a força foi construída no ano de 1842, no Morro do Marruás, um ponto alto, que pudesse ser visto de longe por todos, até mesmo pe-



ALTO ARQUIVO

A bucólica praça Dr. Avelino de Queiroz na Piumhi do início do século passado com seu conjunto de casarões, à esquerda o antigo prédio da Câmara de Piumhi

los menos corajosos, que observariam a cena a distância: "Para edificação da força de Piumhy foram adquiridos pela Câmara Municipal quatro esteios de madeira comprados do Senhor João Elias de Oliveira. O pagamento dos esteios foi realizado no dia 4 de janeiro de 1842, compreendendo a ordem de 16\$000, conforme o recibo número 1 [...]. De posse da madeira necessária para edificação do cedafalso, esta seria lavrada e montada pelo carpinteiro José Joaquim do Vale [...]. Com a madeira entalhada, o mesmo carpinteiro e seus auxiliares edificaram a força que constava de três esteios de madeira que sustentavam o patibulo (espécie de tablado). Um dos esteios era mais alto de modo de que de sua extremidade partia, formando um ângulo de noventa graus, outro caibro de largura menor, onde a corda era afixada. Até na década de 1930 ainda havia resquícios de sua existência no alto do Morro do Marruás, o que comprovaria a alta qualidade da madeira utilizada em sua construção. O oficial de carpinteiro recebeu da Câmara Municipal de Piumhy por seus serviços a quantia de 11\$900, conforme o recibo número 4, lançado às folhas 13 do livro caixa daquela instituição.

reafirmando o poder da vereança, implantando o poder do Juiz de Paz, o Império ditava as novas leis no decorrer do século XIX, as quais reordenavam as comunidades espalhadas pelo espaço da geografia mineira. A Câmara e o Poder Judiciário tornavam-se os principais setores da Administração Municipal, organizados e dispostos a trazer sossego aos habitantes. O Arraial da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento, elevado à categoria de vila, Vila de Piumhy, fazia crescer o sentimento de pertencimento ao local, segmentava redes de interesses de distintos grupos que, ao mesmo tempo em que estimulavam a relação de vizinhança, expressavam o antagonismo. Na interpretação de Rômulo Agresta "A Vila se estruturava em um jogo de relações ambíguas: o Poder Público que nascia era monopólio de um grupo que defendia seus interesses; do outro lado, a oposição fazia o poder – nada que referenciasse a união dos homens e dos grupos dominantes em torno das instituições com propostas de executar melhorias segundo visões alternativas". Assim consolidou-se a emancipação política e administrativa de Piumhi.

A CASA DO PODER

Utilizando-se de símbolos,

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. A instalação da Câmara Municipal: 7 de abril de 1842, a consolidação da emancipação de Piumhi 'Coube ao Vigário inaugurar a lista de presidentes do Legislativo'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 15 abr, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

O testamento de José Florêncio Rodrigues: padre, fazendeiro, político e pai de 19 filhos

O padrinho Vigário morreu em Piumhi em 30 de junho de 1897

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A atual Praça Guia Lopes, conhecida por dar endereço à Santa Casa de Misericórdia de Piumhi já teve vários outros nomes: Largo do Carmo, Praça Afonso Pena, Praça Vigário José Florêncio, Praça Guia Lopes, Praça do Centenário e depois novamente Praça Guia Lopes. Essa praça guarda íntima ligação com o personagem de nossa história de hoje: o Vigário José Florêncio Rodrigues -- conhecido como Padrinho Vigário.

O padre José Florêncio Rodrigues pode ser considerado uma das figuras mais inusitadas da nossa Piumhi da segunda metade do século XIX. Era natural da cidade de Pitangui, onde nasceu em 1824, tendo como genitores Antônio Bernardo Rodrigues e Maria Rita de Delfina. Foi ordenado sacerdote, aos 24 anos de idade, em 18 de abril de 1848. Depois de passagens rápidas em algumas paróquias da Diocese de Mariana, tomou posse da Paróquia Nossa Senhora do Livramento em 25 de novembro de 1849. Praticamente recém-ordenado, assume a missão de comandar uma imensa Paróquia que consumiria muito de seu vigor juvenil.

Exerceu bom pastoreio: tentou remodelar costumes e crenças não compatíveis com as regras da Igreja, promoveu reformas na Igreja do Rosário em 1875, fundou em 1853 a Irmandade do Santíssimo Sacramento e executou reformas e ampliação da Matriz. Era um homem de grada cultura e dedicado aos estudos.

POLÍTICO E FAZENDEIRO

Envolveu-se na política chegando a ser eleito para o cargo de Deputado Provincial em 1858 e Presidente da Câmara Municipal de Piumhi. Além de tudo isso foi empresário, e fazendeiro à custa do que conseguiu galgar razoável fortuna. Porém, o maior legado do Vigário José Florêncio para nossa comunidade foi, nas palavras do historiador José Cristóvão de Lima: foi deixar uma "prole invejável, quase todos formados".

Depois de 48 anos à frente da Paróquia Nossa Senhora do Livramento sentiu o peso da idade, as dores da doença e temendo a hora da morte lavrou por mão do advogado Benedito Ferreira de Carvalho seu testamento cerrado em 5 de abril de 1897.

Inicia a carta testamentária com a invocação "Em nome da Santíssima Trindade", passando em seguida a se qualificar, explicando que naquela ocasião seus genitores já eram falecidos e declarou "sou humilde parocho, desta Freguesia desde o dia vinte e cinco novembro de mil oitocentos e quarenta e nove, no decurso de cujo tempo tive o desejo de praticar o bem e ser útil aos meus paroquianos" (Processo de Inventário: folha 03 - sic). Explicou que era irmão remido de várias ordens: Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Ouro Preto, do Santíssimo Sacramento e Rosário de Piumhi e da Ternura Santa. Pediu que seu testamenteiro dessa parte de seu falecimento ao "Procurador da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, para o sufrágio de minha alma" (Folha 3V).

FILHOS COM 6 MULHERES

Após explicar que não tinha herdeiros necessários instituiu como herdeiros de seus bens em partes iguais: sua irmã Rita Se-



ALTO ARQUIVO

Com a capela à esquerda, a antiga residência do vigário José Florêncio Rodrigues que arrematado em 1911 abrigou durante décadas a Santa Casa de Misericórdia de Piumhi (SCMP)

verina Maciel; José Florêncio Rodrigues, Alcebíades Florêncio Rodrigues, Augusto Florêncio Rodrigues, Affonso Florêncio Rodrigues -- todos filhos naturais de Florinda Maria de Jesus, naquela ocasião já falecida; Anthero Florêncio Rodrigues, Eulália, Alfredo Florêncio Rodrigues -- filhos naturais de Dona Izabel Maria da Conceição; Guilhermina filha natural de Maria Antônia Soares; José Eloy Florêncio Rodrigues, filho natural de Edwirges Maria de Jesus e morador em Juiz de Fora; Maria, Alcides Florêncio Rodrigues, José Florêncio Rodrigues, Christóvão Florêncio Rodrigues -- filhos naturais de Maria Teodora; Maria, Rita e João -- filhos naturais de Vicêncio Maria de Jesus, já falecida na ocasião. Todos os herdeiros à exceção da irmã eram filhos naturais e ditos no processo afiliados do Vigário José Florêncio. Todavia, essa não é a versão que se propagou pelas bocas mais antigas da cidade e que foi registrada pelo historiador José Cristóvão de Lima: seriam todos filhos do vigário, juntamente com mais alguns que não integraram o rol dos 16 herdeiros. É incontrovertido o fato da maioria deles ter sido criado na companhia do Vigário em seu casarão no antigo Largo do Carmo e de grande parte ter recebido os sobrenomes do Vigário. Nas contas de Cristóvão de Lima o Vigário Zé Florêncio teve ao todo 19 filhos com pelo menos 6 mulheres diferentes.

Estabeleceu como condição do testamento: caso alguns dos instituídos falecessem sem deixar prole legítima suas cotas seriam revertidas em igual proporção aos demais instituídos e ressaltar com tom imperativo: "e em qualquer hipótese, não se reverterá em proveito de suas mães, em quanto existir instituídos menores" (fl. 3V e 4). Outra regra impunha um gravame nos imóveis herdados para que os instituídos só pudessem deles dispor após a maioridade, isto é, quando completassem seus vinte e um anos de idade.

Estabeleceu legados e instituiu como testamenteiros: Rita Severina Maciel, Anthero Florêncio Rodrigues e Alfredo Florêncio Rodrigues "sem gratificação alguma" e prazo de dois anos para prestar contas. Explicou ainda que os bens de sua casa como ferros, outros metais, madeiras, roupas e livros "não ficarão sujeitos a inventário quando em vida tenho os distribuídos por meus herdeiros" (fl. 4V).

Deu instruções para a realização de seu funeral "o meu testamenteiro mandará dizer por minha alma uma missa de corpo presente e um oitavário; assim mais dez missas pelas almas de meus pais, afilhados e famílios; fará com a maior simplicidade o meu funeral,

dando-me sepultura no chão, unido a minha catacumba, onde tenho a minha família" (fl. 4V).

Declarou mais que "tendo de cumprir certas disposições secretas, autorizo a minha irmã, primeiramente testamenteira, e na sua falta aos outros testamenteiros, a receber do meu espólio a quantia de quinhentos mil réis para o cumprimento dessas disposições" (fl. 4V e 5). Essas disposições secretas fazem a imaginação fluir, no sentido de tentar deduzir o que seriam...

Ao finalizar o documento asseverou "para o pagamento das custas do inventário, da testamenteira, impostos da herança e outras despesas, quero que não se toque na casa de minha residência e suas dependências, a qual servirá de patrimônio aos meus herdeiros" (fl. 5). Essa cláusula não foi atendida, pois na liquidação do inventário surgiram muitas dívidas e o casarão teve que ir à hasta pública. O Hospital de Caridade conseguiu a doação de muitos credores do espólio e arrematou o prédio em 1911 e tornou-o sede da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi.

O SUMIÇO DO LIVRO

Nomeou como tutor de seus herdeiros sua irmã Rita Severina Maciel -- o que nos traz uma interessante questão como poderia ele nomear ou indicar tutor de seus herdeiros se não lhe tivesse o poder de paternidade? Acredito que nessa cláusula testamenteira tenha o Vigário reconhecido a paternidade de seus herdeiros, embora de forma subliminar. Outro dado curioso e suspeito: o livro de registros de batizados da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de 1859 a 1879 desapareceu do arquivo -- seu desaparecimento seria proposital e com que interesse?

Encerrou o documento com as palavras "É esta a minha última vontade e disposição que quero que cumpra depois de minha morte" (fl. 5). O padrinho Vigário morreu em Piumhi em 30 de junho de 1897 deixando profundas marcas na sociedade piumhiense. Após a sua morte o Largo do Carmo que havia se tornando Praça Afonso Pena ganhou o nome de Praça Vigário José Florêncio -- hoje essa praça se chama Guia Lopes e o nome do velho vigário foi colocado numa rua no centro da cidade.

Quanto à conduta do padre em ter tido tantos filhos transcreverei o comentário do próprio José Cristóvão de Lima: "Os padres que puseram filhos ao mundo, honra seja feita, fizeram deles homens ilustres para servirem à religião e à Pátria. Não é pecado isto: Deus disse cresci e multiplicai. O maior pecado dos padres é conhecer a verdade e não ensiná-la...".

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. O testemunho de José Florêncio Rodrigues: padre, fazendeiro, político e pai de 19 filhos 'O padrinho Vigário morreu em Piumhi em 30 de junho de 1897'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 22 abr, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

OAB de Piumhi: 36 anos trabalhando pela justiça

'Foi um dos acontecimentos mais importantes e significativos do ano, já que além de unir a classe dos advogados piumhienses, faz pesar-lhes sobre os ombros a responsabilidade de terem na esteira de suas ações, como uma sombra, o passado da tradição e de lutas', registrava o ALTO a inauguração da instituição em 15 de abril de 1982

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Uma das instituições de classe mais sérias e respeitadas da república brasileira é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A instituição foi criada, oficialmente, em 18 de novembro de 1930 através do decreto nº 19.408. O respectivo decreto foi assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, que ascendeu ao poder em decorrência da revolução de 1930, após ter sido derrotado nas eleições pelo candidato Júlio Prestes.

A primeira sessão ordinária do Conselho Federal ocorreu em 11 de agosto de 1933. Todavia, esse áureo dia representou a coroação de uma longa luta que se iniciou com a aprovação de um decreto, datado, curiosamente, de 11 de agosto de 1827. Em São Paulo a Faculdade de Direito do Largo São Francisco iniciou as suas atividades no 1º dia do mês de março de 1828, enquanto a de Olinda seria instalada em 15 de maio do mesmo ano. Em 1843 foi criado o Instituto dos Advogados, precursor da OAB. O Dia do Advogado em 11 de agosto não é um mero acaso, mas sim uma relembrança da criação do primeiro curso de Direito e da instalação do primeiro Conselho Federal da OAB.

Atualmente a OAB é subdividida nas Seções Estaduais e estes por sua vez se ramificam em várias subseções. A Seção da OAB/MG foi instalada solenemente em 29 de dezembro de 1932, nas dependências da Faculdade de Direito da UFMG em Belo Horizonte. Hoje Minas Gerais conta com mais de duzentas subseções.

A DEMANDA

Inicialmente os rábulas (advogados práticos) e advogados tinham que buscar a regulamentação do exercício de suas atividades jurídicas diretamente na Capital mediante decreto do Presidente da Província na época do Império e posteriormente com o Presidente do Estado na República. Não era exigida formação profissional, mas apenas notório conhecimento de leis e procedimentos. Com a criação da OAB, os rábulas mantiveram a autorização para exercerem as funções profissionais jurídicas. Mas tanto destes quanto aos advogados formados era exigida a viagem à capital do Estado para buscar os documentos necessários. Posteriormente passaram a buscar suas carteiras profissionais na cidade de Lavras. A criação da 16ª Subseção da OAB de Formiga trouxe muitos benefícios para os advogados de Piumhi. Mas era preciso lutar para que Piumhi tivesse a sua própria subseção.

INAUGURAÇÃO

O ALTO noticiou em princípios de abril de 1982 que a subseção da OAB em Piumhi "vem atender a um velho desejo da classe, é fruto de um trabalho onde se destacaram a atuação de dois advogados piumhienses residentes em Belo Horizonte e conselheiros da OAB - dr. Jorge Lasmar e dr. Juracyr G.



RÁBULA – Carteira de advogado provisionado do piumhiense Benedito Ferreira de Carvalho emitida em Belo Horizonte em abril de 1933 pela OAB/MG criada três anos antes, com o número de inscrição 536

A. Saint Martin, além da ajuda do dr. Francisco José Porto, presidente da subseção de Formiga". A sessão solene de inauguração e instalação da 77ª Subseção de Piumhi foi marcada para 15 de abril de 1982. Tudo foi preparado com muito carinho por uma comissão de instalação formada pelos advogados: Herbert Firmo Pereira, Geraldo Cunha, Hélio Lima, Lina Antônia de Melo, Maria Regina Leonel Perez Vaz e Yeda Andrade Lemos Garcia.

A solenidade teve início às 10 horas da manhã no Fórum de Piumhi e foi presidida pelo Dr. Aristóteles Atheniense, então presidente da OAB de Minas Gerais, contando com a presença do dr. Francisco José Porto, presidente da Subseção de Formiga, do Juiz de Direito Dr. Wander Paulo Marotta Moreira e do representante do Ministério Público. No mesmo ato foi inaugurada a Sala dos Advogados, ocasião em que se prestou uma homenagem ao dr. Aníbal César Maia, pelo transcurso dos seus 50 anos de advocacia. O homenageado foi saudado pelas eloquentes e sábiás palavras do dr. Vitrásiano Leonel da Silva.

PRONUNCIAMENTOS

Embora fosse um ato de relevante importância para a história de Piumhi a cerimônia "foi pouco prestigiada pelas autoridades locais, foi um dos acontecimentos mais importantes e significativos do ano, já que além de unir as classes dos advogados piumhienses, faz pesar-lhes sobre os ombros a responsabilidade de terem na esteira de suas ações, como uma sombra, o passado da tradição e de lutas da OAB, cuja filosofia e ação representam o modelo da advocacia ideal" relatou o redator do ALTO. Na ata, o secretário Everardo Leonel Hostalácio anotou a presença de 67 pessoas "gradas e autoridades judiciárias".

O presidente da OAB Mineira, Aristóteles Atheniense advertiu os 30 advogados que integravam a 77ª Subseção de Piumhi pelos compromissos éticos, morais e profissionais. No seu discurso, o conselheiro e piumhiense, dr. Jorge Lasmar cobrou que a instituição estivesse sempre "a par das atividades sociais e culturais, a participação com suas cormãs na grande luta que se trava

-- sempre acima da política partidária e das paixões -- para devolver ao advogado o prestígio que sempre gozou no seio da sociedade". Dr. Lasmar terminou sua explanação afirmando "esperança nos homens não é um absurdo, absurdo é omitir, absurdo é não esperar, absurdo é não ter ideais na vida, absurdo é esperar e não construir para o homem a felicidade no mundo do Direito. A última palavra deve ser sempre aquilo pelo qual lutamos e vivemos: respeito e justiça para o homem".

O DECANO

Em seguida o dr. Vitrásiano prestou através de sábiás e escolhidas palavras uma homenagem ao decano na advocacia piumhiense, dr. Aníbal César Maia, o qual recebeu uma placa das mãos do dr. Aristóteles Atheniense. Visivelmente emocionado Maia agradeceu reconhecendo "cinquenta anos de vida no exercício da profissão de advogado, enervante e trabalhadora, deixam traços evidentes de cansaço, de certa desilusão, no físico e na alma".

A 77ª Subseção da OAB foi dirigida inicialmente por Dr. Vitrásiano Leonel da Silva e depois por um interventor nomeado o Dr. Francisco José Porto (Presidente da Subseção de Formiga), a quem coube também organizar as eleições para a escolha da primeira diretoria. O escrutínio foi realizado em 6 de novembro de 1982 e contou com a candidatura de chapa única - Presidente: Josué Alves Ferreira, Vice-Presidente: Tarley Garcia Leão, Secretário: Francisco Ferreira Perez, Tesoureiro: Yeda Andrade Lemos Garcia. Ao todo vinte advogados votaram e o resultado foi: 19 a favor da chapa e um em branco. A diretoria tomou posse em 1º de fevereiro de 1983.

O primeiro advogado a receber prestar o juramento na 77ª Subseção da OAB foi o Dr. José Cassiano Vargas em 17 de julho de 1982. Dessa forma, nesta semana nossa subseção completou seus 36 anos de existência, motivo pelo qual parabenizo todos os advogados que a integram através desse resgate histórico para que possamos fazer de nossa instituição uma fonte de Justiça e da Paz.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. OAB de Piumhi: 36 anos trabalhando pela justiça 'Foi um dos acontecimentos mais importantes e significativos do ano, já que além de unir a classe dos advogados piumhienses, faz pesar-lhes sobre os ombros a responsabilidade de terem na esteira de suas ações, como uma sombra, o passado da tradição e de lutas', registra o ALTO a inauguração da instituição em 15 de abril de 1982. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 29 abr, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE: PADRE ALBERICO DE SOUZA SANTOS

Os 42 anos da morte de um mito na história de Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

No domingo, 29 de abril de 2018, completaram-se 42 anos da morte do saudoso Padre Alberico de Souza Santos, um dos personagens mais intrigantes da história de nosso município. Em razão dessa triste data dedicarei algumas linhas para narrar a presença desse personagem em nossa cidade.

Alberico de Souza Santos era natural de Estrela do Indaiá, onde nasceu em 14 de julho de 1931, sendo filho de Josias José dos Santos e dona Ana Cândida dos Santos. Logo pequeno ficou órfão, sendo criado por seus parentes mais próximos.

Iniciou os estudos primários em sua terra natal, transferindo-se em março de 1943 para o Seminário Menor de Mariana. Foi e se ordenou presbítero em 16 de dezembro de 1956, em Estrela do Indaiá, pelas mãos do então bispo de Luz, Dom Manoel Nunes Coelho.

Em decorrência da doença do padre João Machado (falecido em 13 de janeiro de 1957) o padre Alberico veio a assumir os trabalhos pastorais à frente da Paróquia de Capitólio. No ano seguinte viu-se obrigado a auxiliar o Vigário de Piumhi, Padre Abel de Abreu Vouguinha que lutava contra um câncer.

Com a morte do velho padre português, o Padre Alberico assumiu definitivamente a Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi, tomando posse solene em 4 de fevereiro de 1959. A cerimônia foi marcada por grandes solenidades, marchas, carreatas e foguetórios, abrindo assim uma nova era na vida da comunidade.

Não que a cidade tenha esquecido o luto do padre Abel, mas como o jornalista do **ALTO** escreveu: “(...) Ao repórter pareceu estar vivendo as emoções e as alegrias da Cidade Eterna. Em Roma, aquêle mesmo povo que derramava copiosas lágrimas pelo passamento de Pio XII, poucos dias depois se, prorrompia em vivas aclamações e aleluias ao sucessor do imortal Pio XII. Assim, aquêle mesmo povo que, a 6 de janeiro passado chorava a morte de seu guia e pastor o Revmo. Pe. Abel de Abreu Vouguinha, passados 29 dias, já em



Grande líder espiritual e político em Piumhi Padre Alberico segue cultuado em Piumhi mesmo depois de mais de 4 décadas de sua morte em acidente na 050

praça pública homenageando o seu novo vigário, soltando fogos e repicando os sinos. É a Igreja sempre viva e operante (...).

PADRE DO Povo

Como Pároco remodelou alguns costumes e assistiu as mudanças do Concílio Vaticano II, dentre as quais podemos destacar o fato das missas passarem a ser celebradas no idioma nacional e com o padre voltado para a assembleia e não mais para o altar, como antes. Mudou a concepção de padre: de padre de sacristia, passou a ser padre do povo (como ele mesmo afirmava).

Foi um dos principais instigadores da atual Escola Estadual “Professor João Menezes”, bem como reabriu o “Hospital de Misericórdia de Piumhi”. Duas grandes conquistas para o povo de nossa terra e que tiveram a participação decisiva do padre.

Segundo Evanilde Garcia Lara, ele também é um dos responsáveis por transformar Piumhi na “Cidade Carinho”. Contribuiu para a vinda da agência do Banco do Brasil para Piumhi e conseguiu convencer o governo do Estado a alterar

a rota da rodovia MG-050 para próximo da cidade.

Cuidava de tudo pessoalmente: era pároco da Paróquia Nossa Senhora do Livramento, diretor da Escola Estadual Professor João Menezes e diretor da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, além de estar intimamente ligado à vida política do município.

Permaneceu à frente da Paróquia até 21 de março de 1976, quando pediu licença para seu bispo. Depois de ter descansado, o padre voltaria a Piumhi, com pretensões de ampliar a Santa Casa, mas um acidente automobilístico lhe ceifou a vida. A tragédia se deu a 29 de abril de 1976, nas proximidades do trevo Divinópolis/ Pitangui.

A pedido do povo de Piumhi, seu corpo foi velado no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima e depois removido para Estrela do Indaiá, onde foi sepultado. Depois de mais de quarenta anos muitos piumhienses ainda vão até aquela cidade reverenciar a memória do grande mito da história piumhiense.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Da instalação em abril de 1842, a 'Era Vargas', às eleições de 1947

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ALTO ARQUIVO

A Câmara Municipal de Piumhi foi criada pela lei provincial nº 202 de 1º de abril de 1841. Com a liderança do Vigário José Severino Ribeiro foi organizada uma campanha destinada a angariar recursos financeiros junto aos municípios para promover o necessário para a instalação da Vila. A emancipação política e administrativa de Piumhi ocorreu em 7 de abril de 1842, com a instalação da Vila e posse dos sete vereadores e Juízes de Paz, conferida pelo presidente da Câmara de Vila Nova de Formiga Francisco Machado da Costa.

Nesses 176 anos de existência, sua longa trajetória histórica deve ser dividida em alguns períodos: Câmara nos tempos do Império (1842 – 1889); Câmara Republicana Velha (1889 – 1930), Câmara da Era Vargas (1936-1937) e Câmara Contemporânea (1847 até os dias atuais). Cada fase conta a sua legislatura. Os períodos de 1930 a 1936 e de 1937 a 1947 não houve Câmara Municipal, pois nosso país estava na égide da ditadura de Getúlio Vargas.

O primeiro presidente da Câmara Municipal de Piumhi foi o próprio Vigário José Severino Ribeiro que exercia também o poder de chefe do Executivo. Coube a ele e seus companheiros a construção de importantes símbolos da municipalidade: cadeia, forca, chafarizes e pelourinho.

REVOLUÇÃO DE 30

Instalada a Câmara da Vila de Piumhi, iniciou-se a arte da vereança, passando pela presidência da casa inúmeros personagens que deixaram suas marcas na história de nosso município. Até 1889 nossa Câmara seguiu as regras estabelecidas pelo Império.

Com o advento da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, surgiram algumas mudanças. A Câmara Municipal na Primeira República ou República Velha funcionou até 1930, quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder federal por força da Revolução de 1930.

O novo presidente desejando neutralizar a força política e eleitoral dos Coronéis dissolveu a Constituição de 1891 e extinguiu o poder Legislativo federal, estadual e municipal. Para governar os Estados foi criado o cargo de Interventor e para os municípios o de Prefeito que substituiriam os antigos Presidentes de Estado e Intendentes (Presidente da Câmara) – a diferença é que os cargos anteriores eram eletivos e os novos nomeados.

Assim de 1930 até 1936 não houve Câmara Municipal em Piumhi ou em qualquer outro lugar do país. Nessa época, Piumhi assistiu a destituição do Coronel Fidélis Teixeira de Vasconcelos de seu cargo de Presidente da Câmara e sua substituição pelo prefeito João Alberto da Fonseca que governou através da emissão de decretos.

O ESTADO NOVO

A Constituição de 1934 permitiu a reabertura das casas legislativas no Brasil e a Câmara Municipal de Piumhi foi solenemente reinstaladasolemnemente em 27 de julho de 1936 na presidência de



Dr. Jamil Karam, presidente da primeira Câmara de Vereadores de Piumhi eleita pelo voto direto em 1947

Manoel Hermeto Júnior. O primeiro ato da nova Câmara, ao que parece, foi eleger o novo prefeito de Piumhi através de eleição indireta recaindo a vitória sobre Álvaro Arantes que obteve seis votos enquanto João Leite Praça obteve 4 votos. A nova Câmara funcionou até 5 de outubro de 1937, visto que o golpe do Estado Novo impetrado por Getúlio Vargas extinguiu novamente as casas legislativas no Brasil. Nossa cidade, novamente, passou a ser governada por decretos emitidos pelo prefeito Manoel Hermeto Júnior e depois Rodolfo de Freitas Mourão.

ELEIÇÕES DIRETAS

A fase atual das câmaras municipais no Brasil surgiu após a redemocratização do país, isto é, a partir de 1945. Foram realizadas eleições diretas para prefeito e vereador em 23 de novembro de 1947. A nova Câmara de Piumhi foi solenemente instalada em 18 de dezembro de 1947 em sessão presidida pelo Juiz Eleitoral Dr. Alfredo Chaves Guimarães. A Câmara era composta de onze vereadores e a presidência coube ao Dr. Jamil Karam.

A composição da primeira legislatura da fase contemporânea da Câmara Municipal de Piumhi era: Dr. Jamil Karam (Presidente), José César Augusto Maia (Vice-presidente), Joaquim Arantes (Secretário), Dr. Vitasiano Leonel da Silva, Geraldo Gomes da Silva, João Menezes, Nelson Pereira de Barros, Higino Pinto Vidal e José da Mata Oliveira, Dr. Oscar Soares Machado e Antônio Rui Almada (assumiu no lugar de José Alves de Melo – impedido por ser cunhado de José da Mata Oliveira). Hoje, a Câmara Municipal de Piumhi está na sua 19ª legislatura.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Os 130 Anos da Abolição da Escravidão: questão patrimonial x questão humanitária

‘Tempo bom era o do Sinhô’

A Moita Preta formada em Piumhi teve como palco a região rural denominada de Pontal

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O domingo, 13 de maio de 2018, marcou a passagem dos 130 anos da assinatura da lei áurea, motivo pelo qual se faz dedicar algumas linhas à essa importante temática. Na condição de Imperador do Brasil, Dom Pedro II tinha um grave problema para resolver: atender aos apelos abolicionistas e comprar uma brigada com os fazendeiros ou manter a escravidão e enrolar os abolicionistas. A situação era delicada, e para se isentar dessa responsabilidade e culpa viajou para dar tratamento à saúde e deixou o problema a ser resolvido por sua filha Izabel.

É sabido que a Princesa Izabel era uma abolicionista declarada e talvez sua condição de Regente, na ausência do pai, acelerou o processo assinando a Lei da Abolição. Com a emenda estavam libertos todos cativeiros. Seria simples se os fazendeiros admitissem os negros como empregados das suas fazendas, mas estes preferiram investir na mão-de-obra imigrante. Assim os libertos do cárcere foram lançados em uma sociedade que lhe privava dos direitos à posse de terra e também das condições necessárias à sobrevivência humana. A falta de interesse dos governantes em enquadrar o negro na sociedade brasileira estava ligada a um interesse positivista: banquear o Brasil.

Aos escravos de mais idade restava apenas uma alternativa: contar com a misericórdia de seu ex-senhor para que pudesse continuar na fazenda trabalhando em troca de comida e habitação. Os mais novos partiram da fazenda sem olhar para trás, promovendo o aumento desordenado das cidades resultando nas favelas. Destes alguns conseguiram emprego e outros viviam da mendicância.

A ‘MANCHA NEGRA’

O pesquisador Alfredo Boulos Júnior descreveu a situação pós-abolição da seguinte forma “Para os recém-libertos, a Abolição não trouxe os objetivos esperados. Eles não receberam terra para plantar e nenhum tipo de ajuda do governo; parte deles negocaram sua permanência na fazenda em troca de modestos salários ou de parte da colheita”. Para Antônio Paulo Rezende e Maria Thereza Didier “Rompeu-se com a escravidão institucionalizada, porém muitas das relações da época do escravismo se mantiveram. O preconceito contra o trabalho, sobre tudo o manual, foi um dos vestígios mais marcantes dos tempos da escravidão”.

O estudioso crítico da História do Brasil Mário Schmidt revelou que após a abolição “deram um baile comemorativo. Os negros só puderam entrar como criados. Depois da abolição, a data comemorada ostensivamente pelas elites, com banquetes para senhoras bem vestidas, sem um único escravo para discursar. A liberdade da fala ainda espera sua lei Áurea. A lei não previa nenhuma proteção social. Não houve reforma agrária, não indemnizaram os ex-escravos, e o governo sequer se preocupou em construir escolas. De escravos, os negros tornaram-se trabalhadores muito pobres, instalados numa sociedade cheia de preconceitos”.



Remanescente da Moita Preta na localidade rural do Pontal Messias Magro posa sentado com o chapéu no joelho em frente à sua casinha de pau-a-pique

Por outro lado, havia quem entendia os escravos como uma questão patrimonial e que por isso não podia ser resolvida com simples deslizar de uma caneta em uma folha de papel, ou seja, em outras palavras para que a abolição pudesse ocorrer, legalmente, os escravocratas deveriam ser indenizados dos valores investidos na compra dos escravos. Para impedir, os processos que buscavam indenização do Estado, o Ministro da República Rui Barbosa ordenou que se queimassem os arquivos dos escravos sob o pretexto de acabar com a “macha negra”.

A ‘MOITA PRETA’

Os imigrantes absorveram boa parte da mão de obra brasileira, marginalizando os negros: no campo os estrangeiros conheciam as mais novas técnicas europeias de plantio e colheita, e nas cidades conseguiram os empregos por terem experiência industrial. Talvez por esses motivos alguns fazendeiros acreditasse que manter os escravos trabalhando na fazenda seria um prejuízo, mas a consciência cristã exigia que algo fosse feito por eles.

Assim o ex-dono dos escravos demarcava uma pequena parte da propriedade, normalmente a terra de qualidade inferior, e a doava ou a emprestava aos ex-escravos. No lugar cedido era formado um pequeno arraial, constituído de casas pobres construídas de modo peculiar, e um grupo de ex-cativeiros – por ser um aglomerado de casas e negros o lugar recebia o nome de Moita Preta. Era nesse pequeno pedaço de terra que os ex-cativeiros extraiam a sua sobrevivência, através de suas plantações – não raras vezes divididas com os donos da terra.

Muitas Moitas surgiram no Brasil, afinal era uma válvula de escape para resolver um problema social.

O ‘MESSIAS MAGRO’

Em Piumhi, a história não se deu conta de quantas e nem onde se formaram, entretanto existiu até 2004 resquícios legítimos de uma dessas aglomerações muito bem resgatada e registrada pelo amigo historiador Ovídio Arantes de Melo. A Moita Preta formada em Piumhi teve como palco a região rural denominada de Pontal.

Messias Magro era o apelido de Messias Francisco da Silva, homem caracterizado por Arantes de Melo como sendo “um solteirão, preto, magro, alto, com 78 anos de idade”, nunca foi escravo, mas vivia ali nas mínimas condições de subsistência, herdando essa condição por ter nascido numa Moita dos Escravos. Filho natural de Maria Bernarda de Jesus, Messias Magro, nasceu no dia

11 de janeiro de 1925, provavelmente naquele mesmo lugar onde vivia em 2004.

A fotografia, registrada pelas lentes da máquina de Ovídio Arantes de Melo registra uma casa de pau-a-pique erguida pelo próprio Messias, lavrando também suas impressões através das palavras “entrei e percorri toda casa que diz ele, ter sido o construtor. A impressão que tive é que ele, o Messias Magro, copiou de uma casa de ‘João de Barro’, o passarinho, pois ela tinha um corredor em círculo, em toda extensão da casa, e dali saia os quartos. No terreno, pequeno, tinha uma maravilhosa mina de água, limpinha, cristalina”. O método empregado na construção da casa provavelmente foi transmitido de geração em geração, sendo Messias Magro e sua simples casa um resquício das Moitas dos Escravos.

A ‘VIDA TÁ DIFÍCIL’

Messias Magro residia sozinho e vivia contando com a caridade de seus vizinhos. A visita de Ovídio Melo e seus companheiros era uma Diligência Vicentina, cujo objetivo era trazê-lo para viver na Casa dos Velhinhos, uma vez que “estava anêmico, bem mal, mas andando, embora com dificuldades”, conforme lembra Ovídio. A comitiva não teve sucesso, mas recebeu apoio dos vizinhos para tentar trazê-lo. Alguns dias depois, mesmo contra a vontade, Messias Magro, foi trazido para a cidade, onde viveu aproximadamente por 20 dias, quando desenganado pelo médico retornou à sua terrinha para morrer em paz. O derradeiro representante de uma classe humilhada socialmente faleceu às 16 horas do dia 4 de julho de 2004, tendo como causa morte cardiopatia e Doença de Chagas.

Não resta dúvida de que a abolição trouxe uma mescla de alívio e muito sofrimento para os negros que apesar das dificuldades não desistiram de buscar uma vida melhor. Com objetivo de amenizar a luta diária pela sobrevivência, organizaram-se em grupos de lazer, clubes esportivos e centros religiosos. A situação foi tão difícil que de acordo com a nonagenária Maria Garcia Silveira, hoje falecida: dos ex-escravos de Antônio Garcia Pereira, que lhe sobreviveram disseram que “Tempo bom era o do Sinhô Nhônho porque a gente não precisava comprar roupas, remédios e comida. Agora a vida tá tão difícil” – é de se admirar que os negros chorasse a saudade do tempo do cativeiro, mas diante da miséria, tudo se explica.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Os 130 Anos da Abolição da Escravidão: questão patrimonial x questão humanitária ‘Tempo bom era o do Sinhô’ “A Moita Preta formada em Piumhi teve como palco a região rural denominada de Pontal”. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 20 mai, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Coronel Juca de Castro: fazendeiro, comerciante e respeitado líder político

Um crime, um tapa no rosto, a desilusão e sua morte em 1938

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ÁLBUM DO AUTOR

José de Moraes Castro, popular Juca de Castro, era filho de Luiz Chrisóstomo de Castro e Francisca Henriqueta de Moraes Teixeira, tendo nascido em Piumhi em 22 de novembro de 1873.

Foi educado sob a égide de seus pais e teve o privilégio de aprender a ler e escrever. Conquistou à custa de seu trabalho uma sorte de terras, próxima ao então Distrito de Perobas (hoje Doresópolis) e desse terrão extraiu uma riqueza capaz de dar-lhe uma razoável estabilidade financeira. Aventurou também pelas veredas do comércio. Os negócios da fazenda Cambuí e experiência comercial fizeram de Juca de Castro um homem bastante popular e respeitado -- não somente em Perobas, mas também na sede do município. Em data desconhecida casou-se com Isolina Paixão de Castro. O casal não teve descendência.

Na década de 1920 a 1930 elegeu-se vereador da Câmara Municipal de Piumhi pelo distrito de Perobas, transformando-se em figura ímpar no meio social e político. Na condição de político teve a oportunidade de colocar em prática o tino administrativo que tinha e o zelo pela coisa pública o que lhe fez aumentar o círculo de amizades e admiradores. Não poucas vezes o Jornal Alto S. Francisco noticiava a sua chegada e partida da sede do município -- era considerado pelos redatores do jornal "fazendeiro forte e homem de grande valor". Em Perobas, juntamente com seus aliados fundou um partido político.

Recebeu também do governo federal a patente de Coronel da Guarda Nacional -- título distribuído com as importantes lideranças políticas e sociais e ajudavam a controlar o sistema eleitoral da República Velha (1891 a 1930). O Coronel Juca de Castro e seus companheiros de legislatura perderam o cargo em virtude do golpe do Estado Novo (1937) que extinguiu as câmaras legislativas nas esferas municipal, estadual e federal. Deixou o assento político, mas continuou estimado de todos.

GOLPE FATAL

Contam que um cabo da força policial destacado no distrito de Perobas teria zombado com um moço recém-casado que não gostou da brincadeira e revidou com um tiro certeiro e mortal. O acontecimento abalou o pequeno arraial. Políticos graduados do Estado fizeram nomear um delegado especial para investigar o fato e assim que a autoridade chegou ao povoado deu início à investigação. Ao ter com Juca de Castro, este tentou explicar o que havia ocorrido, mas num abuso de autoridade o delegado teria desferido um bofetão no seu rosto e ordenado que se calasse. Juca retirou-se à sua fazenda e de lá não mais sairia senão morto -- acredita-se que a humilhação e a desonra sofrida tenham produzido uma depressão que agravou um silencioso problema cardíaco que lhe ceifou a vida em 13 de fevereiro de 1938. A causa da morte foi síncope cardíaca. Deixou a viúva e bens no distrito de Perobas e no município de Bambuí no valor de 120 contos de reis.

O Alto S. Francisco em sua edição do domingo 27 de fevereiro de 1938 noticiou a morte do Coronel Juca de Castro: "Piumhi foi surpreendido no dia 13 do corrente com uma notícia dolorosa: em Perobas onde residia, falecera o estimado piumhiense sr. José de Moraes Castro, prestigioso chefe daquele distrito e cidadão conceituado em todo o município e nos municípios vizinhos pelas suas qualidades morais. Espalhada em forma de consta, confirmou-se afinal a triste notícia -- as más notícias se confirmam sempre diz a sabedoria popular -- José de Moraes Castro foi vítima de colapso cardíaco. Agora como fatalmente irrevogável a notícia corria a cidade cobrindo de luto o coração de seus amigos, aqueles presavam em José de Castro, a lealdade, a honradez, a dignidade de suas atitudes, o seu nunca desmentido patriotismo, nunca desmentido e comprovado por muitas vezes, ao mesmo passo que Perobas, o distrito que Moraes Castro tanto amou, onde está o seu berço e o seu túmulo, consternando chorava a perda irreparável daquele defensor intemerato e esforçado, que a morte viera roubar num golpe rude e traiçoeiro.

DIGNIDADE MORAL

José de Moraes Castro, ainda moço, apresentava toda aparência de uma robustez invulgar e os que não soubessem que uma lesão cardíaca minava-lhe o coração, davam-lhe muitos anos de vida. A morte inexorável espreitava-o, todavia, e, sem aguardar oportunidade,



'Fazendeiro forte e homem de grande valor': Juca de Castro

quando mais necessário se tornava àquele cidadão ao seu distrito, para com seu esforço, com a sua iniciativa realizar diversos melhoramentos que tinha em mente, alguns dos quais são hoje resoluções municipais, graças ao esforço de José de Castro -- junto à extinta Câmara de que fazia parte -- sem guardar oportunidade a morte vibra lhe o seu golpe fatal. José de Castro não era homem de cultura, mas possuía uma invulgar inteligência e com percepção exata das coisas com educação moral inata, pautava os seus atos por uma inatacável norma de probidade. No poder legislativo do Município, tomara assento por diversas vezes. Representando o seu distrito no regime antigo, como vereador municipal à Câmara dissolvida pela Constituição de 10 de novembro, portou-se sempre como homem digno, batalhou ao lado das causas que julgou justas, jamais teve um deslize que ferisse a sua dignidade moral".

PERDA IRREPARÁVEL

Na mesma edição o Redator descreveu os funerais de Juca de Castro: "A fim de assistir os funerais do José de Castro seguiu para Perobas uma grande caravana composta de amigos do extinto. O enterro teve lugar no dia 14, às 4 horas, com enorme acompanhamento. À beira do túmulo falou em nome do município o prefeito Dr. Hermeto Júnior e o menino Dalmo em nome de Perobas. Sobre o ataúd viam-se ricas coroas". Em homenagem ao ex-servidor do município foi hasteada a bandeira em funeral na Prefeitura, tendo sido encerrado o expediente. A família Alto S. Francisco "chorando com o município a perda irreparável, envia sinceros e sentidos pésames".

Comovida pela maciça presença do povo de Piumhi, Dona Isolina registrou o seu sentimento de gratidão e agradecimento pelas palavras: "D. Isolina Moraes de Castro e toda a família Moraes Castro, por nosso intermédio, agradecem de coração todas as provas de consideração e conforto recebidas pelo povo de Piumhi e Perobas pela ocasião do falecimento de José de Castro. Aos que prestaram serviços de qualquer forma, aos que enviaram pésames, aos que acompanharam à última morada, a eterna gratidão da família".

Dona Isolina sobreviveu o marido por 8 anos -- parece pouco, mas pelo sofrimento que viveu longe daquele que amava esse período menor que uma década mais pareceu uma eternidade. Fechou a loja do marido e tudo permaneceu com ele deixara, não quis tocar em nada. Passou a viver uma vida de caridade e religiosidade -- doou a casinha nº 09 da Vila Vicentina de Piumhi. Aos poucos a dor da saudade foi corroendo o seu gosto pela vida e, embora aparentemente bem, faleceu em Piumhi em 16 de março de 1948, vítima de apoplexia cerebral conforme atestado firmado pelo Dr. Oswaldo Soares Machado.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Coronel Juca de Castro: fazendeiro, comerciante e respeitado líder político 'Um crime, um tapa no rosto, a desilusão e sua morte em 1938'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 27 mai, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Mané Pequeno: dois casamentos, vasta descendência e ar de coronel

Um membro proeminente da tradicional família dos 'Estrangeiros' em Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Há alguns dias dediquei este espaço para homenagear a numerosa família Hostalácio através de um registro da vida de Antônio Estrangeiro. Hoje, repito a homenagem destacando a figura de Manoel Ferreira Hostalácio, o filho. Importante é destacar que existiram dois personagens com esse mesmo nome: Manoel Ferreira Hostalácio -- o primeiro era o patriarca dos Hostalácios no Brasil, cuja época de nascimento nos é desconhecida, mas sua origem é sabida: veio da Província de Guipúzcoa do Reino da Espanha. O segundo era um dos 17 filhos do patriarca.

O espanhol veio para o Brasil e depois de peregrinar por algumas regiões do Brasil deu com os costados no município de Piumhi, fixando-se na região da Confusão. Construiu imenso patrimônio constituído de terras, gado e porcos. Casou-se com dona Maria Thereza, em cerimônia realizada na Matriz de São Roque de Minas em agosto de 1857 celebrado pelo Padre Luís Machado de Castro. O casal teve numerosa descendência.

HOMEM LETRADO

Mas, voltando ao nosso personagem de hoje, Manoel Ferreira Hostalácio, o filho, tem-se que nasceu, provavelmente, no ano de 1875 e a fim de diferenciar de seu pai, de quem era homônimo, ganhou o apelido de "Manoel Pequeno" ou "Mané Pequeno". Cumpre esclarecer que não possuía estatura baixa, mas a alcunha era apenas um meio criado para diferenciar o nome dos dois. Mané Pequeno foi educado sob as rédeas do pai espanhol e mãe brasileira, dando-lhe um temperamento meio bruto e sistemático. Homem letrado e conhecedor da arte administrativa conservou boa parte da fortuna construída pelo pai. Embora não se integrasse à política local exerceu importante controle social e eleitoral.

DOIS CASAMENTOS

Casou-se em Piumhi no dia 4 de setembro de 1897 com Querubina Alves Ferreira, filha de Manoel Alves Ferreira e Maria Alves Ferreira. Deste casamento teve os filhos: Agneltina Hostalácio, nascida em 31 de agosto de 1898, casada que foi com Vasques Guimarães; Heitor Ferreira Hostalácio nascido provavelmente no ano de 1900, casado que foi com Nair Ferreira da Silva (eram primos visto que ela era filha de Bento Ferreira da Silva e Alvarinda Ferreira Hostalácio); Albertina Alves Ferreira nascida provavelmente no ano de 1903, casada que foi com Augusto José Ferreira; Altina Hostalácio Menezes nascida em 9 de novembro de 1909, casada que foi com Antônio Menezes. Dona Querubina faleceu em Piumhi, aos 58 anos de idade, em 1º de julho de 1935, sendo a causa da morte "congestão pulmonar miocardite crônica

ÁLBUM DO AUTOR



Manoel Pequeno, morto aos 62 anos, em 1937

em colapso cardíaco". Após ficar viúvo, casou-se novamente em Piumhi em 22 de abril de 1936 com Filomena do Amaral, filha de José Felício de Souza e Maria Duque do Amaral. Deste casamento consegui localizar apenas um filho com nome de Saravate Hostalácio nascido em Piumhi em 28 de fevereiro de 1928 e casado com Maria Jovita Lopes.

MORTE AOS 62 ANOS

Manoel Pequeno faleceu em Piumhi em 23 de novembro de 1937, aos 62 anos de idade, tendo como causa morte carcinoma renal e intoxicação urética. Consta ainda no registro de óbito que o falecido era natural do distrito desta cidade e que era "filho legítimo de Manoel Ferreira Hostalácio, natural da Espanha, e Maria Thereza Ferreira, natural desta cidade, onde são falecidos". Mais um importante documento que comprova a origem espanhola do genitor da família. O redator do Alto S. Francisco por ocasião da morte de Manoel Pequeno registrou "Depois de prolongados dias de sofrimentos, causados por insidiosa moléstia, veio a falecer no dia 23 do corrente, à noite, o estimado cidadão Manoel Ferreira Hostalácio, mais conhecido como Manoel Pequeno. Membro proeminente da tradicional família dos Estrangeiros". Assim termina a história de Mané Pequeno, cuja descendência multiplicou o sobrenome familiar.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Crime de honra na Piumhi de final do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz

O contexto social e as duas faces da moeda

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A partir dessa semana, ganha no ALTO S. FRANCISCO uma novela real que se passou há mais de cem anos em Piumhi. Trata-se de um crime de honra que deixou a cidade sem médico e sem Juiz de Direito. No capítulo de hoje o leitor terá a oportunidade de conhecer o contexto do crime e os protagonistas principais de nossa história.

Corria o ano de 1893. Piumhi já era emancipada, porém as cárências financeiras da Câmara Municipal motivadas por uma arrecadação aquém do necessário impediam que a administração pudesse dotá-la das condições mínimas e necessárias para que se tivesse a dignidade de ser chamada de cidade. Maioria da população ainda vivia no campo e dependia de sua sobrevivência da produção agrícola ou da criação de gado. Politicamente nossos governantes ainda se adaptavam a uma brusca mudança ocorrida alguns anos antes: a queda da monarquia e implantação do regime republicano de governo.

Na cidade era possível contar nos dedos das mãos os estabelecimentos comerciais que vendiam todo necessário nesse sertão: sal, queijos, tecidos, linhas, produtos e insumos agrícolas, "mantimentos", etc... Não havia escola, quem quisesse estudar seus filhos tinha que contratar professores particulares que se desdobravam para "ensinar" uma minoria abastada da população. A ausência da educação fazia de nossos ancestrais um povo rude e ignorante.

O CONTEXTO SOCIAL

Religiosamente predominava o catolicismo controlado a rédeas curtas pelo Vigário José Florêncio Rodrigues, cujas imposições morais não eram meras convicções pessoais ou religiosas, mas algo ditado pela cultura e pela própria sociedade

da época, moldada nos padrões do patriarcado. Nesse modelo familiar a figura do pai era a imagem central e de onde se irradiava todas as decisões do núcleo familiar. A mulher e os filhos eram totalmente submissos às vontades paternas, que muitas vezes era autoritárias e arbitrárias, portanto a voz feminina não era ouvida na sociedade.

Esse pensamento tomou-se uma lei moral para a sociedade e seu descumprimento mostrava-se ser a quebra de uma "ordem divina", prefigurada nas Sagradas Escrituras. A elite econômica e política tornava-se os "país de todos" possibilitando as trocas de favores que caracterizaram o período da República Velha.

O Direito da época era fortemente influenciado pela moral e pelos preceitos religiosos e diante desse contexto não se tuboou em positivar um código de leis extremamente machista. Não nos cabe julgar o que nossos ancestrais fizeram, pois se assim determinaram, o fizeram por acreditar que era o melhor a ser feito para manutenção da paz e da ordem seja no âmbito social ou familiar.

É nessa complicada conjuntura, emaranhada em mudanças, que se deu a história que ora se narra. Ela revela o quanto um crime de honra mudou a vida da cidade, deixando-a sem médico e sem Juiz de Direito. Crime de honra pode ser entendido como ato de violência praticado no núcleo familiar contra um de seus membros por ter cometido conduta moral e nociva para a honra familiar. Esse tipo criminal deu origem à legítima defesa da honra, que permitia que uma pessoa pudesse matar alguém para defender a sua honra ou de sua família. Não se trata apenas de um crime, mas sim o crime, tamanha marcas deixadas na sociedade piumhiense.

AS DUAS FACES

Quando se analisa um crime ou processo faz-se necessário conhecer "as duas faces da moeda", ou seja, para que ocorra a melhor compreensão do fato estudado é preciso conhecer, pelo menos de modo superficial, as partes envolvidas no conflito. Não conhecemos nenhuma delas, senão pelos relatos contidos no próprio processo do crime e outras parcas e esparsas fontes históricas, tamanha distância de tempo em que se deu o fato.

Começar por quem? A escolha foi difícil, tendendo que alguém pudesse nos colocar a suspeita da parcialidade. Entretanto, optei por iniciar discorrendo sobre a figura da vítima: Doutor Alfredo Gurgão Stockler de Lima. Seu próprio nome já demonstra que era dono de uma personalidade exageradamente forte. Nascido em Passos no ano de 1863. Era filho do Doutor Cláudio Jerônimo Stockler de Lima e Dona Belmira Adelaide Stockler de Lima. Seu pai, Dr. Cláudio, era um homem de extrema importância e renomado nos negócios jurídicos da Província do Império e depois da República dos Estados Unidos do Brasil. Antes de ser nomeado Juiz de Direito da Comarca de Piumhi, peregrinou em diversos lugares dentro os quais Paracatu, onde atuou em 1867 como Delegado de Polícia. A nomeação do magistrado para Piumhi fez com que ele e sua família mudassem residência para essas terras e após deixar a cidade foi para Rio Dourado onde foi Juiz de Direito em 1884.

Como intelectual que era procurou dar refinada educação aos seus filhos, dos quais destacamos dois: Alfredo e José. Quando chegaram a Piumhi os meninos já estudavam em São Paulo. Posteriormente foram para a cidade do Rio de Janeiro. Dr. Cláudio sentiu orgulho, em 1892, ao ver seu filho Alfredo se doutorando em ciências Médico-Cirúrgicas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O tema de sua dissertação era "Influência da Syphilis no Casamento" - um assunto meio inusitado para época, embora

tivesse tido boa aceitação na comunidade científica. Posteriormente, José Stockler de Lima, que atendia pela alcunha de Juca Stockler formou-se em Farmácia e num futuro mais distante seria vereador e coronel da Guarda Nacional com grande influência na cidade de Passos.

O Auto de Corpo delito incorporado ao seu processo no início determina com exatidão o tipo físico do Dr. Alfredo, "bigodes louros e cabelos pretos, estatura mediana, trinta anos por concluídos" (sic). A presença do bigode era muito comum naquela época, sendo associada à maturidade de um homem, bem como símbolo do poder que possuía.

Ao se formar veio para Piumhi transformando-se no segundo médico diplomado residente nesta cidade (O primeiro médico residente em Piumhi foi o filho da terra Dr. Modesto Augusto Caldeira, formado em 1883 e falecido precocemente em 1888). Dessa forma, na flor da juventude e aparentemente bem apresentado com distintivo médico numa cidade desprovida de clínico residente, o Dr. Alfredo certa e rapidamente conseguia conquistar uma razoável fortuna. Associado a esses caracteres estava o fato de ser filho do Juiz de Direito da Comarca, o que fazia do homem um sucesso com as mulheres, arrancando suspiros de amor das moças piumhienses daquela época, que viam nele um bom casamento.

Ele tinha todas as condições necessárias para construir um futuro promissor e despontar como uma das principais lideranças da cidade e da região.

O OUTRO LADO

Da outra face da moeda estava Pedro Moreira Werneck, filho de Manoel Francisco Moreira e mãe ignorada. Natural da cidade de Valença, estado do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1852. Não era médico, mas sabia ler e escrever, tendo uma caligrafia razoável. Ocupava-se das funções de fazendeiro e negociante, esta mais ativa do que a prima. Já casado com Dona Emilia Azevedo Werneck fixou residência na cidade de Natividade do Carangola, (atual Carangola), Campos dos Goitacazes e

Itaperuna. Posteriormente, se deixou conduzir pelos ares dos negócios chegando a Piumhi, onde residiu por alguns anos e tornou-se um dos protagonistas desta história.

Além de serem forasteiros, Dr. Alfredo e Pedro Werneck tinham algo em comum: eram vizinhos no Largo (Praça) da Matriz em Piumhi. Com a chegada do médico a família de Pedro, como maioria dos piumhienses tornaram-se seus clientes. Havia entre os vizinhos uma boa relação e suas famílias eram dadas à amizade. No próximo capítulo, veremos como um amor proibido provocou um terrível crime que alterou radicalmente a dinâmica de nossa pacata cidade.

Fale com o autor:

professorluismelo@gmail.com

PROPORCIONE UMA SEGURANÇA EXTRA PARA O FUTURO DAS CRIANÇAS!

ARMAZENE CÉLULAS-TRONCO

Professor Dr. Adelmo Soares Leonel
Especialista em Odontopediatria / CRO-MG 5.214
Consultório: 35-3521-6679 - Passos - MG



ODONTOLOGIA DIGITAL

MELO, Luís Augusto Júnio. Crime de honra na Piumhi de final do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz 'O contexto social e as duas faces da moeda'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 10 jun, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Crime de honra na Piumhi do final do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz (II)

Um amor proibido e a morte com dois tiros de espingarda

LUIZ AUGUSTO JÚNIO MELO

Como já se revelou a beleza do jovem médico era evidente, além de sua ascendência social se tratar apenas uma questão de tempo. Características estas que faziam do Dr. Alfredo Stockler um grande galanteador e conquistador na pacata e pequena cidade de Piumhi. Não abria mão de um romance e com uma perfeita retórica encantava as moças e até mulheres casadas, embora não se pode precisar com plena certeza, acredita-se que ele nutria uma leve preferência por estas.

A condição de negociante fazia com que Pedro Wemeck estivesse sempre em viagem. O ofício obrigou que aquele comerciante fizesse uma incursão ao Rio de Janeiro (Imagine as dificuldades de transporte para se chegar ao Rio de Janeiro naquela época: boa parte a cavalo, a vapor pelo Rio Grande e trem. Calcule também quantos dias seriam necessários para empreender essa viagem), na época o centro comercial do país.

O deslocamento por si só demandava muito tempo, imagine resolver os "negócios" na então Capital Federal. Para complicar Pedro Wemeck sentiu-se mal, sendo necessária a realização de uma cirurgia, fato que alongou o seu tempo de permanência naquelas paragens, a fim de guardar o exigido repouso médico. No total ausentou-se de sua residência por aproximadamente dois meses.

Com o marido distante, vizinhando com Dr. Alfredo, humanamente atraído por ele, não resistiu e às vezes ia no muro de divisa das casas a fim de trocar olhares e algumas palavras com aquele homem tão atraente. O relacionamento começou sem maldade e malícia, mas o clima era favorável e a maneira com que o Dr. Alfredo colocava as palavras suavizava seu conceito de amor -- muito diferente daquele que ela vivia com seu marido Pedro Wemeck. Essa estratégia amoleceu o coração da mulher, e assim Dona Emilia Azevedo Wemeck foi mais uma das presas fáceis que cairiam nos encantos do médico.

NA CALADA DA NOITE

Três dias depois de regressar do Rio de Janeiro, Pedro Wemeck foi ao quintal da sua casa e percebeu que duas telhas do muro estavam caídas -- estranhou o fato, mas não deu importância por pensar "que fosse um menino de sua casa que passasse para a casa do vizinho do Doutor Cláudio" (Processo: fl. 9V - sic) derrubando-as. Posteriormente chamou um dos meninos e perguntou-lhes "o que quer dever as telhas caídas deste muro, ao que o menino respondeu-lhe é o Senhor Doutor Alfredo, filho do Doutor Cláudio que conversa nestes lugares com Dona Emilia" (Processo: fl. 9V - sic).

Pedro não se conformou, nem concordou com a resposta do menino Zeca e dizendo "que era mentira porque sua esposa não podia praticar tal ato" (Processo: fl. 9V - sic). O menino deu detalhes de como ocorriam os encontros e que todos na cidade também sabiam. Inconformado com o que acabava de ouvir chamou o menino Thomaz, que confirmou a história repetindo praticamente as mesmas palavras.

Desesperado Pedro Wemeck adentrou sua casa e exigiu explicações de sua esposa, a qual inicialmente negou, mas diante da insistência e do tom agressivo do

marido ela "chorando, de joelhos, confessou-lhe que era verdade tudo que o menino Zeca tinha relatado, isto é, tinha sido seduzida pelo Doutor Alfredo, com quem muitas vezes dormiu" (Processo: fl. 9V e 10 - sic).

A confirmação da esposa lhe souou com uma facada transpassando seu coração. A versão de "sedução" contada por ela diminuiu sua culpa e aumentou a responsabilidade do amante: Pedro não sabia o que fazer. De uma coisa ele estava certo: o culpado de tudo era o Doutor Alfredo, mas não sabia que atitude iria tomar. Ele, seus filhos e sua família estavam desonorados publicamente perante toda a sociedade piumhiense. Perdeu sua mulher, mas uma coisa não saiu de sua mente: honra se lava com sangue, no entanto, tentava dia após dia se desvair dessa inclinação malnega.

A chegada de Pedro Wemeck deixou Dr. Alfredo apreensivo, mas continuou preocupado com sua família, pois em 6 de setembro em ofício pede segurança à sua família "por ter informações de pessoas que merecem todo conceito que a família do fumado pretende atacar a cadeia onde o suplicante se acha e a casa onde sua família se acha para se vingarem" (Processo: fl. 17 - sic).

DOIS TIROS CERTEIROS

Pelas onze horas da manhã do dia seis de setembro de 1893, Pedro e Emilia estavam juntos na janela de sua residência que dava para a praça quando Dr. Alfredo, feito um príncipe encantado desapareceu com seu cavalo. Ao vê-lo ele se retirou de modo que ficou em um ângulo que conseguia observar a reação de sua esposa e seu rival, sem ser visto por ambos. O médico acentuou um lenço branco, o que foi interpretado por Pedro como um "convite à fuga". Cego de ódio Pedro Wemeck se apoderou de sua espingarda que já se encontrava carregada com bastante pólvora e alta carga de chumbo, mirou o Dr. Alfredo de uma das portas de sua casa, que já se achava em frente da casa de Ottoni de Freitas Mourão, e disparou dois tiros que foram certeiros: o primeiro fez a vítima gritar e o segundo o tombou do cavalo. O próprio Pedro descreveu sua reação em depoimento com as palavras "fiquei fora de si" (Processo: fl. 11 - sic).

Alfredo, ao receber a carga de chumbo preparada e disparada com ódio por Pedro, tombou imediatamente ao solo. O eco do tiro se espalhou por toda a praça e muitas pessoas sem mesmo ver o ocorrido já deduziam o que teria ocorrido. Rapidamente em volta do moribundo se reuniram várias pessoas que o carregaram, ainda com vida, para dentro da casa de seu pai. Poucos instantes foram suficientes para que a vítima exalasse seu último suspiro de vida.

GARANTIA DE VIDA

A vingança da honra ferida estava consumada, mas Pedro temia retaliação por parte da família Dr. Cláudio. O autor do crime foi perseguido, por ordem do Juiz Municipal Substituto Dr. José Pöppé da Silva Lopes, pelos "prácas" (policiais) João Antônio de Oliveira, Eugênio Rodrigues de Oliveira e José Rodrigues Fernandes. Temendo represália popular e da família do Juiz, ciente de suas responsabilidades, Pedro parte para a residência do Promotor Público da Comarca, Doutor Arthur César da Silva e Lima, onde se entregou à prisão voluntariamente. No entanto, exigiu ao Promotor "garantia de vida" (Processo: fl. 9V - sic) e na casa desse alocou sua família, o qual oficiou ao Juiz Municipal na mesma data pedindo segurança para aquela família pois "não posso, nem compreende, conservar por mais tempo aquela família em minha casa" (Processo: fl. 13 - sic) e acrescentou "que ninguém quer dar agasalho àquela família" (Processo: fl. 13V - sic) -- entende-se por agasalho abrigo.

Pedro foi preso em flagrante, mas continuou preocupado com sua família, pois em 6 de setembro em ofício pede segurança à sua família "por ter informações de pessoas que merecem todo conceito que a família do fumado pretende atacar a cadeia onde o suplicante se acha e a casa onde sua família se acha para se vingarem" (Processo: fl. 17 - sic).

CORPO DE DELITO

Para proceder ao exame de corpo delito do falecido foram nomeados (quem os nomeou foi o Juiz Municipal Substituto Dr. José Pöppé da Silva Lopes, que assumiu o caso pela suspeição do Juiz da Direito Dr. Cláudio Jerônimo Stockler de Lima, pai da vítima) como peritos o médico Dr. Cláudio José Coutinho da Fonseca Júnior e o farmacêutico Joaquim César Augusto Maia. Estes compareceram no mesmo dia do óbito, às 12h00 na residência do Dr. Cláudio, prestaram o juramento necessário e passaram a examinar o cadáver, o qual foi encontrado em posição de decúbito dorsal (deitado de barriga para cima) "tendo os membros superiores estendidos, o esquedo sobre o peito e o direito sobre a região ilíaca do mesmo lado" (Processo: fl. 5V - sic).

PIUMHI
Dr. Alfredo Gargão Stockler de Lima
Antônio Francisco Alberto e esposa
D. Philomena Lopes Alberto
casaram-se em 1890. O casal do
casal era assistente de médico que
mudou de cidade por causa do trabalho
e aí se casaram. Aos 18 anos de casados
e 1/2 de casados, o casal se separou.
desde já se confessam agredidos.

so: fl. 35V - sic), local do crime, filiação dentre outros dados.

A morte teve repercussão como notícia no jornal O PAIZ do Rio de Janeiro no qual lemos "Na cidade de Piumhi, Estado de Minas Gerais, no dia 2 do corrente, às 11 horas da manhã, em plena rua, foi assassinado com dois tiros de espingarda o Dr. Alfredo Gargão Stockler de Lima, médico há pouco formado, filho do Dr. Cláudio Jerônimo Stockler de Lima, Juiz de Direito daquela cidade. O assassino chama-se Pedro Moreira Wemeck, que entregou-se à prisão. Segundo consta, a origem desse facto lamentável prende-se à questão da hora de família" (O PAIZ, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1893, Edição N° 4149, Pag. 2 - Sic).

Dentre os amigos deixados pelo Dr. Alfredo nos tempos de estudos no Rio de Janeiro estavam os proprietários de um hotel na Vila Ipanema: Antônio Francisco Alberto e esposa Dona Philomena Lopes Alberto. Cientes da morte do antigo inquilino publicaram no Jornal carioca "O PAIZ" o seguinte convite: "convidam os amigos e parentes do fumado para assistirem a missa que mandam celebrar por alma do mesmo fumado na Igreja de S. Francisco de Paula, amanhã, quarta-feira 18 do corrente, às 8 1/2 horas, e por tão caridoso obsequio desde já confessam agredidos".

Concluído o laudo os peritos definiram como a causa da morte hemorragia pulmonar e renal. O laudo foi redigido pelo escritório Thomas José Barbosa e assinado como testemunhas Francisco Alves do Couto (Chico Alves) e Pedro Teixeira Bueno.

GRANDE REPERCUSSÃO
Terminado o exame o corpo foi preparado e levado para o velório, sendo sepultado no dia seguinte no antigo Cemitério Eclesiástico de Piumhi, em meio a um clima de tristeza dos familiares e amigos. O registro de óbito também foi lavrado no dia seguinte, com riqueza de dados incomuns para época: especificou-se que morreu "atirado por Pedro Moreira Wemeck" (Processo: fl. 11 - sic).

PROPORCIONE UMA SEGURANÇA EXTRA PARA O FUTURO DAS CRIANÇAS!
ARMAZENE CÉLULAS-TRONCO
Professor Dr. Adelmo Soares Leonel
Especialista em Odontopediatria / CRO-MG 5.214
Consultório: 35-3621-8679 - Peixoto - MG

PÉ-DE-PROSA

ADELMO SOARES LEONEL

do executivo e larápios do legislativo. A torcida maior é pra encher a cadeia com essa...

... cambada! A Copa? A gente vai ver, torcer, xingar juiz e técnico, vibrar, gritar gol mas sem esquecer de que é apenas um esporte. Que mére com a ambra brasileira mas só um esporte!

Chutou bola fora a altitude do prefeito em tentar enquadrar a vereadora de oposição na falta de decoro parlamentar pelas críticas contumazes na câmara do Piumhi. Na democracia este é o papel da...

... oposição: vigiar, criticar, falar mal, azucinhar. Por isso a imunidade parlamentar. Politicamente, o prefeito está bem com sua maioria na câmara e tem seus projetos protegidos e tramitados...

... 70, a frustração de 82 etc etc. O povo se esquecia de tudo, anestesia...

guar os gastos em gráfica nos primeiros meses do ano. Por outro lado, é o melhor local para se...

... esclarecer, agora oficialmente e pelo legislativo, a denúncia e botar tudo em pratos limpos. Ouvindo todos os lados, direito de defesa, provas contra e a favor, como é papel da casa. E depois o veredito e vida adiante!

Sempre se imaginou os trilheiros (trilhas na serra) da Canastra ecologicamente corretos e preservacionistas. Nem tanto e tanto não que a Polícia Ambiental vai apertar o cerco contra uns abusados destruidores e vândalos.

Sabe aquele professor que tenta ensinar um bando de alunos que fica tecendo celular durante a aula? Eles, os deputados mineiros agora irão disciplinar e proibir seu uso em vários locais, inclusive na sala de aula. Bão, né?

Espia o absurdo: se a estradinha MG-

MELO, Luís Augusto Júnio. Crime de honra na Piumhi do final do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz (II). "Um amor proibido e a morte com dois tiros de espingarda". **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 17 jun, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE

Crime de honra na Piumhi do final do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz (III)

'Fora de si e desesperado lançou mão de uma espingarda e o matou'

Justiça ouve testemunhas do crime que abalou a cidade em 1893, para uns tragédia movida pela sedução e provocação, para outros uma mulher infiel e passionalidade

ALTO ARQUIVO

LUIÍS AUGUSTO JÚNIO MELO



O antigo fórum da Comarca onde hoje está o prédio do Sindicato Rural de Piumhi

Alegando que ainda não se sentia bem de sua cirurgia Pedro Werneck solicitou ao Juiz Municipal que fosse dispensado de participar da oitiva das testemunhas — na verdade ele se sentia era envergonhando diante das pessoas e não estava disposto a ouvir o que elas diziam. O juiz indeferiu o pedido, caso não fosse apresentado um atestado médico.

Diante da ausência de médico e farmacêutico, o próprio delegado de Polícia Eduardo Pechincha, emitiu o documento, "sob o juramento de seu cargo" (Processo: f. 25V), no qual atestou a incapacidade física do acusado de participar no andamento processual.

O mesmo foi feito pelo 1º Juiz de Paz Alfredo Florêncio Rodrigues. O magistrado deferiu o pedido, mediante a parecer favorável do Promotor Público, marcado a inquirição das testemunhas para 10 de setembro de 1893, pouco mais de uma semana depois do crime que abalou a cidade com a morte do médico Alfredo Stockler atingido a tiros por Pedro Werneck.

'ESTOU DESGRAÇADO'

A primeira testemunha a ser ouvida foi o coronel Fidelis Teixeira de Vasconcelos, solteiro, 23 anos, negociante, natural do Espírito Santo do Itapeceira (Atual Cidade de Divinópolis), o qual confirmou a versão dada por Pedro Werneck acrescentando que o romance entre a esposa do acusado e a vítima era "voz geral do povo" (Processo: f. 27); que "ouviu um tiro e depois ouvir e cair na porta de seu estabelecimento o Doutor Alfredo" (Processo: f. 25V sic); que ouviu dizer que o acusado estava sendo provocado e que tinha intenção de matá-lo.

A segunda testemunha foi Francisco Bernandes do Nascimento, solteiro, 30 anos, seleiro, natural de Piumhi, morador no Largo da Matriz, declarou que "estando na janela da cabeça baixa consertando um objeto" (Processo: f. 27V - sic) quando ouviu um tiro e depois ouvir e que estes "partiam da residência do acusado, isto é, da sua porta, vendo neste momento também o acusado entrar para dentro de sua casa com uma espingarda na mão e o Dr. Alfredo cahido na porta do estabelecimento comercial de Ottoni Mourão e Vasconcelos" (Processo: 27V e 28 - sic). Declarou ainda que o acusado "desde que chegou a esta cidade a um anno mais ou menos, é bom" (Processo: f. 28 - sic) e que "nada sabe sobre a conduta da vítima porque não havia em casa dele" (Processo: f. 28).

José Vicente Ferreira foi a terceira testemunha ouvida no processo, era casado, 41 anos, negociante, natural da Freguesia de São Vicente Ferreira. Era amigo do acusado e foi visitá-lo assim que ele chegou de viagem achando-o "passando bem doente" (Processo: f. 29). Dois dias depois fez outra visita ao amigo e desta vez encontrou-o "bastante contrariado e chorando muito, o qual disse-lhe: José Vicente estou desgraçado, o Doutor Alfredo desgraçado minha família" (Processo: f. 29), ocasião que Antônio Barbosa e Antônio Pimentel também se faziam presentes e que um deles disse não saberem se o fato era exato e real, momento em que Pedro interpelou sua mulher e esta confirmou os fatos de joelhos e chorando. Notou que o acusado passou a manter sua casa fechada e que estava bastante abalado com aquela situação e dizia "que o Doutor Alfredo apesar de confiança que lhe tributava como filho do Doutor Juiz de Direito desta Comarca com quem tinha relações de amizade o desonrava" (Processo: f. 29 e 30).

Declarou ainda que certa ocasião viu o acusado esgotar uma garrafa de vinho e ameaçar o Dr. Alfredo, poia este continuava a insultá-lo convidando sua mulher para fugir com ele para Passos; que era público e notório o romance entre Dona Emilia e Dr. Alfredo; que o acusado "muito zelava e tratava de sua mulher e filhos" (Processo: f. 30V), desconhecendo mau procedimento; que a vítima "era médica da família do acusado" (Processo: f. 31) e que ouviu da própria mulher do acusado "que a vítima já tinha uma chácara alugada, pertencente ao seu Carlos Alvarenga para nella habitar com a própria mulher do

acusado, se este a pusesse para fora de casa" (Processo: f. 32 e 32V - sic).

'SITUAÇÃO TERRÍVEL'

A quarta foi Antônio Pimentel, casado, 34 anos, negociante, natural de Ouro Preto, o qual narrou que visitando o acusado três ou quatro dias após sua chegada era visível seu estado de "pranto, louco de dor e chorava tanto que encostou sua cabeça no peito delle depoente" (Processo: f. 33V), e continuava "estou desgraçado, os meus filhinhos estão desgraçados, eles já não tem mãe" (Processo: f. 34), "o Doutor Alfredo este malvado desonrou-me e a meus filhos prostituindo minha mulher" (Processo: f. 34); que a mulher do acusado ao pedir perdão ao marido reconheceu que "estou perdida, perdí o meu marido e os meus filhos" (Processo: f. 34); que "segundo-se o quadro mais triste que tem assistido e toda a sua vida no seio de uma família" (Processo: f. 34V) finalizou a descrição do encontro; que a vítima, embora bom moço, fez aceno com as mãos convidando Dona Emilia a com ele fugir despertando um ódio no acusado que resultou no crime; que o acusado afirmou que abandonaria sua mulher, mas que lhe dedicava uma afiação excessiva e "que era com grande pesar que via-se colocado na situação de abandoná-la" (Processo: f. 36V) reconhecendo que o acusado "via-se numa situação terrível porque achava-se colocado entre o amor e a desonra" (Processo: f. 36V).

A quinta testemunha ouvida foi Antônio Caetano de Oliveira, casado, 43 anos, lavrador, natural de Piumhi, afirmou que pelas 11 horas mais ou menos "Dr. Alfredo se aproximou da casa de seu pai" (Processo: f. 38) quando o acusado saiu de sua casa de deu-lhe um tiro; que o fato se deu por causa da vítima "ter relações ilícitas com a mulher do acusado e que tal notícia da prostituição da mulher do acusado com a vítima, já antes do assassinato deste, corría a cidade e era voz pública" (Processo: f. 38V), e que "o acusado era bom pai de família, como sempre foi" (Processo: f. 38V).

Antônio Raimundo de Oliveira, foi a sexta testemunha ouvida, era solteiro, 35 anos, viajante como camarada, natural de Piumhi disse que estava em serviço na casa do Doutor Cláudio, quando ouviu os tiros e este gritar "Nossa Senhora"; que viu o Dr. Alfredo ferido e já sendo carregado para a casa por membros de sua família, ainda assistindo algum movimento baúlento na porta do criminoso feito por pessoas da família do morto, sendo que a dita porta estava feixada" (Processo: f. 39V - sic); e, que o procedimento do acusado é "bom".

'DO OUTRO LADO'

Necessitando de maiores esclarecimentos o Juiz Municipal mandou o intima o réu, mais três testemunhas, além de Dona Emilia Werneck a qual prestará depoimento como informante. Deveriam comparecer no dia 17 de setembro no Paço da Câmara. O Oficial José Cassiano de Souza Monteiro não encontrou nenhuma das testemunhas e que "chegando ao meu conhecimento de que Dona Emilia Werneck chegava a casa de José Vicente Ferreira e a intimei" (Processo: f. 45V).

Considerando que as testemunhas numerárias foram ouvidas, que o réu foi ouvido e qualificado, que foi realizada a formação da culpa, o Promotor Público em petição datada de 17 de setembro protestou contra o ato considerando-o como "irregular e inútil", afirmando que os autos deveriam ter sido encaminhados à promotoria. Citou disposições legais e afirmou categoricamente que "não é lícito ao juiz sumariante depois de

encerrada a formação da culpa proceder a novas diligências antes do processo ir com vista ao Promotor da Justiça" (Processo: f. 47). Continuou afirmando "a inquisição de mais testemunhas só pode ter um resultado: retardar a formação da culpa, isto é, o preparo do processo impedi o julgamento do culpado na próxima sessão do júri" (Processo: f. 47 e 47V). Finalizou sua petição declarando que não assistirá o interrogatório das novas testemunhas.

Ignorando a intervenção do Promotor as testemunhas foram ouvidas. A sétima testemunha era Cândido Mathens Lopes, solteiro, 48 anos, lavrador, natural de Lavras. No dia do crime havia sido incumbido de guardar a casa do acusado e declarou que encontrou uma "carta amorosa que a mulher do indicado dirigiu ao assassinado, sendo que seu sobrinho depois que leu a dita carta rompeu-a dividindo que bandalheira da mulher casada" (Processo: f. 48V - sic); constatando que a morte se deu em decorrência da carta pois "a mulher do indicado perseguiu constantemente a vítima para ter relações ilícitas com a dita vítima e que esta muitas vezes desesperada por similar persegução retirou-se da casa de seu pai" (Processo: f. 49V - sic). Parece-nos que as novas testemunhas pretendiam dar uma "virada" no processo.

Como as demais testemunhas não compareceram o Juiz deu nova intimação e que José Teixeira Bueno estando em viagem fosse substituído por Anna Prata. Asseverou também que a testemunha Emilia Werneck seria conduzida debaixo de vara caso resistisse" (Processo: f. 56).

No dia 17 de setembro foi ouvida a 8ª testemunha, Dona Romualda Maria dos Anjos, solteira, 30 anos, costureira, natural do Tamanduá (hoje Itapeceira), declarou que sendo criada da casa da pia do Dr. Alfredo pode presenciar "algumas vezes, estando no píe da casa do pai da vítima, em serviços, via a mulher do indicado chamar por diversas vezes com a mão o Doutor Alfredo para ir tê-lo com ela" (Processo: f. 56V) (sic); que chamava o mesmo Doutor de uma janela que ficava em um beco de um portão" (Processo: f. 56V); e que em alguns casos ele "abaixava a cabeça e retirava-se do logar" (Processo: f. 56V - sic). Confirmou a versão apresentada Cândido Lopes.

'FUGIR A CAVALO'

Na mesma data foi inquirida a informante Dona Emilia de Azevedo Werneck, casada, 27 anos, natural de Natividade da Carangola (Atual Carangola), a qual confirmou a versão de que o Dr. Alfredo provocava seu marido. Declarou ainda que "pela manhã do assassinato do Doutor Alfredo este ainda a convidara a ella depoente por meios de asseno para montar a cavalo e fugir vendo o seu marido o Senhor Alfredo fazer tales assenos, fora de si e desesperado lançou mão de uma espingarda e o matou" (Processo: f. 52V); que "reconhece a letra da carta que lhe foi apresentada como sua" (Processo: f. 52V - sic).

Temerosa Anna Prata se ocultou da intimação e por isso não foi inquirida. Satisfeita com os esclarecimentos o Juiz deu o despacho "Tendo este juizo prosseguido no presente sumário, proceda-se ao ré o interrogatório. P. 18 de Setembro 93" (Processo: f. 53V - sic). No mesmo dia o réu se fez presente ao juiz, qualificou-se e disse fazer sua defesa em plenário. Na próxima edição conheceremos o desfecho final desta triste, mas interessante história que se passou na Piumhi de 1893.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Crime de honra em Piumhi do final do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz (III) 'Fora de si e desesperado lançou mão de uma espingarda e o matou' 'Justiça ouve testemunhas do crime que abalou a cidade em 1893, para uns tragédia movida pela sedução e provocação, para outros uma mulher infiel e passionalidade". **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 24 jun, 2018. Memória Piumhiense, p. 2.